

**Pauta:** Comui — Conselho Municipal do Idoso. Verbas. Retorno da Administração

**PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB):** (14h12min) Estão abertos os trabalhos da presente reunião da Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana – CEDECONDH. Nesta tarde, já presentes o Ver. Cláudio Conceição, o Ver. Pedro Ruas, o Ver. Alvoni Medina, o Ver. Conselheiro Marcelo e os demais vereadores que se farão presentes. A pauta desta reunião de hoje é a segunda rodada do assunto que, nesta mesma comissão, nós tivemos a primeira rodada a pedido do Comui, para tratar de alguns assuntos referentes a alguns temas que estavam pendentes e que também precisariam ser trazidos a esta comissão para esclarecimentos. Hoje, na segunda rodada, novamente trouxemos os principais atores envolvidos. Já está aqui a secretaria de Desenvolvimento Social, está aqui o secretário adjunto Nelsinho Beron e também a Rochele. Pedimos também, para compor a Mesa, os representantes do Comui. O nosso decano, de antemão, os nossos sinceros sentimentos ao nosso colega Pedro Ruas, que, inclusive, na semana passada, falamos muito no paizinho dele, que usou como exemplo a questão dos direitos nesta comissão e, para a nossa tristeza, teve a sua partida nesta semana. Os nossos sérios sentimentos a ti, a todos os seus familiares e que, com certeza, já foi recebido no seu lugar junto ao nosso Pai maior, que nesse momento está aqui cuidando de nós. Está com a palavra o nosso colega Pedro Ruas.

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Muito obrigado, Presidente Conselheiro Marcelo; meu caro Ver. Cláudio Conceição; Ver. Alvoni Medina; estará conosco o Ver. Cássia Carpes, que já esteve, e saiu. Eu quero cumprimentar, além da Rochele e do Nelson, que representam o governo, a Jennifer, que estava na outra também; a Neli Miotto, que é presidente do Comui; a Eleonora, da câmara de assessoramento; a Roselaine, presidente do fórum das entidades; o Ruy, vice-presidente do Comui; a Anna, dos aposentados da CRT. Primeiro, eu agradeço a manifestação de pesar que o senhor faz em nome dos demais e, de fato, na sexta-feira, eu perdi meu pai e foi muito duro, muito pesado, muito difícil.

Infelizmente, a maioria de vocês sabe como que é isso. Bem, obrigado pela manifestação. Por outro lado, eu quero dizer que, no último encontro nosso, havia ficado perguntas sem resposta. A questão, por exemplo, da criação do fundo, administração, aprovação de projetos. Eu não lembro de todas as perguntas, mas eu acho importante que alguém lembre. Acho que nós temos uma memória talvez, pelo menos, da ata ou as pessoas lembram, evidentemente, do governo, o Nelson, a Rochele e os demais. Nós teríamos que ter, na minha avaliação, eu já concluo aqui, algum tipo de encaminhamento, de resposta, de uma certa satisfação do que ocorreu para as representações tão importantes dos idosos, Seu Ruy, que nós temos aqui neste dia de hoje. Eu, com 67 anos, com este bonezinho aqui para disfarçar... Não, este boné não é para disfarçar, não, este boné é necessário, é um boné médico, é um boné porque, em função da idade – vejam como tudo é a idade, é complicado esse troço –, com testosterona e folículo capilar da acne, se deixar no sol sem ozônio, cria ferida cancerígena. Comprei de várias cores. O boné é para ficar mais jovem? Não, é para não ter câncer na pele, é isso. Claro, aqui não tem sol, mas eu me acostumei a usar boné ultimamente, então vou ficar sempre com boné. Mas dá uma impressão mais de juventude, também ajuda nisso. Eu quero então dizer que acho importantíssimo, presidente, e aqui já encerro mesmo, que nós possamos responder, pelo menos em parte, aquilo que foi questionado bastante; e as pessoas não tinham, é natural que não tivessem, naquele momento, todas as respostas. Muito obrigado.

**PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB):** Obrigado, Ver. Pedro Ruas, nosso decano. Algum outro vereador gostaria de fazer o uso da palavra ou damos início, então, à nossa reunião? (Pausa.) Passamos então para a Dona Neli para reforçar as solicitações que ficaram pendentes. Eu acho que nada melhor do que as perguntas que ficaram na última reunião. Como de praxe, as entidades, no caso, vocês, têm a palavra; depois, o governo, no caso, pode responder. Gostaria de pedir a quem for fazer o uso da palavra hoje que diga o nome e a entidade que está representando, porque a reunião fica toda gravada

através das notas taquigráficas – inclusive, está toda a ata taquigráfica aqui do que foi gravado na última reunião. Então, por isso, é importante falar o nome e a entidade que está representando. A Sra. Neli Miotto está com a palavra.

**SRA. NELI MIOTTO:** Obrigada, vereador. Primeiro, nossos sentimentos, em nome do Conselho, Ver. Pedro. A gente sabe o quanto é difícil; a gente, que lida com os idosos, sente isso na pele todos os dias, principalmente quem trabalha dentro das ILPIs, então a gente sabe o quanto um processo assim é dolorido. Em nome, então, da Mesa, dos vereadores, eu cumprimento a todos, agradecendo já a presença das entidades aqui. Dizer que vocês são importantíssimos neste processo para que cada vez mais a gente consiga dar qualidade de vida aos idosos da nossa cidade, principalmente aos idosos em situação de vulnerabilidade.

Com relação às questões que haviam ficado pendentes, e eu acho que isso está em ata, mas eu gostaria de frisar três pontos que, para mim, são primordiais, enquanto presidência do Conselho, papel que me cabe neste momento, que é a questão dos repasses dos projetos, a questão dos repasses dos editais e a prestação de contas, fundo de reserva. Acho que esses são os três itens que para nós são importantíssimos, até para que a gente possa avançar dentre as outras questões. Não sei se vocês querem acrescentar mais algum item, gurias, Seu Ruy. Não? Ok, então.

**PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB):** Seria isso, então? Conversando aqui com a Rochele, então, prepararam um material inclusive aqui pela mídia. Gostaria de fazer o uso da palavra, secretário, antes da apresentação?

**SR. NELSON BERON:** Não, talvez só reforçar que a apresentação... Primeiro, Ver. Pedro Ruas, nossos sentimentos, da Secretaria de Desenvolvimento Social. Aos demais vereadores, presidente Marcelo, a gente agradece pela reunião, ao Comui, aos cidadãos aqui presentes, secretário Vinicius. O material é justamente

a devolutiva da reunião anterior, que é o que nós combinamos. Aqui, a gente está cercado de técnicos que vão tirar essas dúvidas, e as demais, as que ficarem, a gente tira também, mas é a devolutiva do que nós culminamos na reunião passada para que a gente possa também ter um esclarecimento aberto de todo o processo desse novo modelo de gestão lá dos fundos, até de 2017, inclusive, para cá, para que a gente possa esclarecer também. A própria morosidade foi muito falada aqui. Então a gente vai apresentar. Eu vou ter que sair às 14h55min, tenho uma reunião também com os ambulantes lá, Pedro Ruas, no Centro. Está evoluindo, e a gente vai estar tocando lá também. É isso.

**PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB):** Muito obrigado, secretário Nelsinho. A Sra. Rochele está com a palavra.

**SRA. ROCHELE SCOTT MARINHO NEVES:** Boa tarde a todos. Eu gostaria até que a Jeniffer ficasse com o microfone também, porque a gente vai tabelando, eu acho, a apresentação. Eu só queria, antes de a gente iniciar a apresentação, acho que é bem importante a gente trazer alguns esclarecimentos. Quando a gente fala em trabalhar fluxos e mudar a sistemática dos fundos quer dizer que a gente tem que olhar o processo como um todo, a gente não consegue, a gente não pode olhar ele de uma forma superficial, apenas para a gente dar conta de uma situação pontual agora, de uma morosidade pontual. Então o que vem sendo feito nos fundos? É o que a gente vinha, e eu acho que é bem importante, e a presidente Neli sabe disso, a gente vem se encontrando sistematicamente, sim, com a executiva do Conselho, inclusive nós já iniciamos essa apresentação para eles. Então não sei se eles socializaram isso com a sua plenária, com o seu pleno, com o colegiado; mas nós já iniciamos, assim como nós iniciamos com o CMDCA, onde nós também fazemos a administração dos fundos – o conselheiro Simões é conselheiro dos dois conselhos, está ciente disso. Então a gente vem, e a gente não pode fazer nenhum tipo de modificação ou qualquer tipo de alteração em que a gente não faça uma construção coletiva, tendo em vista que é, de fato, uma gestão compartilhada desses fundos. Então muitas coisas eu

preciso fazer tratativas, tanto com o Conselho quanto com os outros órgãos. Então algumas questões ficam penduradas em razão disso. A gente conseguindo avançar em alguns desses fluxos, a gente vai conseguir, possivelmente, reduzir etapas. Mais uma coisa, antes de a gente apresentar, que eu acho que é bem importante, vereadores, é entender a lógica, principalmente quem tem aqui parceria com a FASC, com a SMED – SMED tem menos aqui, mas quem tem com a FASC –, que são todos regidos pela 13.019, mas são fluxos completamente distintos.

Então, talvez, e aí é uma percepção assim muito técnica, e eu acho que alguns colegas concordam comigo que a gente, quando tem os fundos regulamentados pela Lei nº 13.019, é muito complicado porque se espera uma rapidez que essa lei não vai permitir hoje, ela é uma lei federal. Então ainda que a gente tenha, e eu vou falar sobre isso agora, a gente e a Prefeitura, já é um primeiro e grande avanço na minha opinião, a Prefeitura instituiu o GT MROSC, que é um GT para discutir o que a gente pode diminuir dentro dessas etapas, e esse grupo de trabalho ele é composto por várias secretarias, pela FASC, pela SMED, pela Procuradoria, pela SMGOV, pela Secretaria de Transparência, pela Secretaria da Fazenda...

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Perdão, Rochele, o que diz a 13.019, sucintamente?

**SRA. ROCHELE SCOTT MARINHO NEVES:** A 13.019 regulamenta o repasse para as instituições. O repasse para as instituições basicamente é pensado através de edital e chamamento público, essa é a regra. A gente trabalha nos fundos numa lógica basicamente de captação de projetos, então a cada projeto que se protocola ou que se solicita resgate, ele entra em toda a tramitação igual da 13.019, como se a gente fosse parceirizar um serviço de convivência da FASC, então entra toda aquela tramitação, ela inicia do zero. Então cada projeto que vem, ele inicia do zero, e isso acaba sendo mais moroso, porque aquele processo que a gente faz na FASC, vamos pensar, uma vez para todas instituições e aí depois tu só replicas o repasse, nos fundos ele é diferente. Então

o que seria, vamos pensar, o ideal? Que a gente tivesse uma regulamentação específica para os fundos municipais, para a dispensação de recurso dos fundos. Mas adiante, então assim eu acho que um dos grandes avanços é o que pode permitir muitas das etapas, talvez a gente tentar mexer, é a criação desse GT que ele já teve a primeira reunião pela qual nós fomos a pauta, os fundos municipais nós apresentamos, eu e a Jeniffer e a Dani, que é gestora de parcerias, apresentamos na Prefeitura, junto com o GT Destrava que também é um grupo da Prefeitura para tratar etapas que podem legalmente ser extintas, que a gente possa eliminar. Nós falávamos, Ver. Ruas, o senhor se recorda, das etapas burras na última reunião, aquelas etapas que se coloca e que não serve para muita coisa. Só que essas etapas que estão regulamentadas ou através de um decreto municipal que regulamenta a lei federal ou através da ordem a serviço, elas precisam ser discutidas para ver se conseguimos ou não conseguimos, então ela depende de outras pessoas; então esse grupo já foi dado o *start*, já tem uma portaria designando, a gente já está trabalhando nisso e isso deve vir alguns retornos.

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Esse grupo é paritário?

**SRA. ROCHELE SCOTT MARINHO NEVES:** Não, é um grupo da Prefeitura. (Procede à apresentação.) A gente resolveu separar em etapas para fins de elucidar como é que funciona o processo, os fluxos, as dificuldades, as melhorias, então a gente coloca a primeira etapa principalmente para os vereadores que talvez não estejam no dia a dia nosso para essa compreensão de que a primeira etapa a gente trabalha com os projetos de captação de recursos. Essa etapa, por exemplo, é uma etapa que não existe em qualquer outra parceria da Prefeitura, ela só existe nos fundos municipais. Então essa etapa tem um resumo ali, mais ou menos, de como é que ela funciona, e então a apresentação do projeto, as OSCs apresentam esses projetos junto ao conselho, esse projeto é analisado aqui no Comui pelas câmaras, ali estão comissões porque também tem o CMDCA, é feita uma deliberação desse parecer dessas câmaras junto à plenária ou o pleno, é feita elaboração e

publicação de resolução, é colocado no SIAS que é um sistema que nós temos bem antigo que também é uma discussão que a gente faz com a Procempa, que a gente tem algumas dificuldades, então a gente se coloca lá para que ele esteja apto para a captação, e aí é feita essa carta de captação e a instituição tem dois anos depois para poder captar o recurso. Esse trabalho administrativo todo, é uma das dificuldades que a gente até vai colocar ali, que toda essa etapa administrativa ela também é feita pela secretaria através desse apoio administrativo. Então a gente traz algumas questões de principais dificuldades. Se vocês tiverem alguma dúvida e quiserem nos questionar, a gente vai tratando. Aí a gente traz algumas questões de inconsistências em projetos. Essa etapa é uma etapa que ela ainda não nos cabe, não nos cabe, eu digo, não cabe à secretaria fazer análise, cabe ao conselho, mas a gente vem encontrando – porque ao fim e ao cabo a ordenadora de despesas é a secretaria, quem faz a dispensação do recurso – dificuldades em projetos que aparecem para a gente e a gente visualiza ali uma dificuldade até nessa aprovação e nesse conhecimento técnico. Essa situação inclusive já foi tratada com o Executivo, o Executivo inclusive concordou, diz realmente da importância de a gente qualificar os projetos e de qualificar também essa análise de projetos. Ali nós colocamos os prazos médios, porque aí o prazo de deliberação dentro das câmaras, então hoje a gente viu que está entre 15 e 90 dias, mas a gente tem instituições que ficam até... chegou a um ano a instituição tramitando dentro do conselho também para deliberar. Sim, porque às vezes tem dificuldades nesse vai e volta, acontece também com a instituição. Aí seguimos: a ausência do plano de ação e o plano de aplicação, e isso para a gente é fundamental. Até foi despachado o processo para o conselho, não sei se a conselheira Neli já teve conhecimento desse processo que foi enviado, e foi enviado também ao até o CMDCA da mesma forma. O que prevê hoje a resolução do conselho nacional, e também hoje na legislação municipal? A necessidade de um plano de ação e de um plano de aplicação do conselho, e esse plano acaba sendo o norteador das decisões, das ações, então assim, a secretaria ela tem que ser uma executora de um planejamento feito pelo conselho, e aí onde é que está isso, aonde isso cria uma

dificuldade para a gente, para os vereadores é importante entender: 2024 chega agora, nós sabemos quantos projetos vão tramitar dentro da SMDS? Não se tem, nós não temos nenhuma noção de quantos serão esses projetos, de quais serão esses projetos, do que se trata, a gente não tem essa noção, então isso dificulta para que a gente tenha algum tipo de previsibilidade do trabalho, Então a gente consegue hoje, e vocês vão ver ali, a gente já colocou etapas de agora e nós estamos fazendo uma instrução normativa, mas ela é considerando, para vocês entenderem, o que a gente está trabalhando hoje. Nós estamos criando agora prazos e prazos para nossa equipe dentro do que a gente visualiza hoje, mas hoje o conselho não consegue nos dizer o que, por exemplo, vai ser tratado no conselho no ano que vem, então não há previsibilidade, e isso em qualquer instituição em qualquer administração a gente precisa saber o que que a gente vai ter pra ver o que a gente vai precisar administrar. Essa é uma situação que nos causa uma grande dificuldade de trabalho, porque a gente não consegue nem ter levantamento, por exemplo, de uma equipe necessária, porque a gente não sabe quantos vêm.

**SRA. NELI MIOTTO:** Quero fazer um esclarecimento. O processo do conselho vem até aqui. Depois, o plano de ação, o plano de aplicação é um processo que a secretaria demanda das entidades. Uma outra questão, e aí eu até questionei a Câmara de Projetos, que está aqui conosco, e ela me disse que não teve nenhum projeto que ficou 90 dias. Os nossos projetos demoram, entre idas e vindas, no máximo 40 dias, porque a gente faz essa solicitação o tempo inteiro. Isso não está ajustado, isso precisa de ajuste e isso volta para a entidade. Então, ele fica, sim, fazendo essa tramitação, mas ele não fica parado. Ele fica em ajustes da entidade, mediante as solicitações da Câmara de Projetos.

Com relação às questões de inconsistências de projetos técnicos, bom, sim, nós sabemos e já conversamos sobre isso e, hoje de manhã, foi uma discussão na plenária também de que nós precisamos capacitar as entidades. Isso é uma reivindicação que vem desde que os fundos migraram para a SMDS. Então, faz mais de dois anos que a gente reivindica essa capacitação para as entidades.

Quem administra as entidades são pessoas da sociedade civil e, seguramente, elas não têm o conhecimento para um processo burocrático vindo do ente governamental. Então, a gente precisa, sim, qualificar.

**SRA. ROCHELE SCOTT MARINHO NEVES:** Sobre a capacitação, sim, a secretaria inclusive está fazendo, como já foi apresentado para vocês. Nós estamos com um processo aberto para que a gente possa fazer a capacitação para projetos de plano de trabalho. Então, a gente fez uma capacitação recente primeiro para os servidores. A segunda capacitação, como eu informei para vocês, seria para o colegiado, que essa seria a ideia indicada de cada conselho e, depois, a gente faria uma para as OSCs. Porém, eu acho que, sendo uma prioridade, me parece que um conselho que tem como prioridade a política do idoso e projetos para a política do idoso, a gente poderia, por exemplo, com o próprio recurso do fundo, ter feito um projeto, ter aprovado e ter capacitado. Então, isso, sendo prioridade com recurso que o fundo tinha, a gente também poderia ter feito via conselho do idoso.

A respeito do tempo, sim, o prazo médio é aquele ali, são situações pontuais e, de fato, a gente não disse que fica parado. Eu estou trazendo apenas dados, não é nenhuma percepção sobre (Ininteligível.) ...existe essa etapa e eu informei que era a etapa ainda do conselho.

Sobre o plano de ação e o plano de aplicação, Neli, não, nós não estamos falando da mesma coisa. O plano de trabalho que a gente solicita, lá na segunda etapa, que é de resgate, nada tem a ver com o plano que é do conselho. O conselho é o gestor da política pública do idoso. Então, o conselho é a pessoa, é quem é o responsável de dizer o que que é prioridade para a política do idoso, é quem faz esse diagnóstico, é quem trabalha a política de idoso. Então, esse plano está previsto inclusive em uma resolução do conselho nacional da pessoa idosa, que não é atribuição da... (Ininteligível.) ...que é de apoio administrativo. Ela é uma atribuição de quem faz essa gestão. Quem é que hoje delibera sobre os projetos, quem é que diz que o projeto é importante para a cidade, quem é que olha aquele projeto e diz: "Sim, isso aqui é importante para a política do

idoso”, “Isso aqui é prioridade para a política do idoso” é o conselho. Então, quem faz esse planejamento do que que nós precisamos para a cidade é o conselho. Então, por isso que isso está previsto ... Se está lá na caixa SEI do Comui, foram enviados esses questionamentos, está lá a previsão legal tanto municipal quanto do conselho nacional sobre a diretriz da política do idoso.

**PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB):** Por favor, faça uso do microfone.

**SRA. ANNA FONSECA:** Eu só gostaria de, então, ter a informação correta. Semana passada, nós participamos de uma capacitação do conselho, em que nos foi informado de que essa política de ações públicas do Município para com os idosos era uma responsabilidade da secretaria, ou seja, do Poder Executivo. Aqui está sendo colocado que não, que é do conselho do idoso. Eu acho que ou a informação tem algumas coisas a serem ajustadas, ou as pessoas não estão se falando, porque cada um está jogando a responsabilidade... Eu acho, inclusive, que uma das pautas prioritárias da comissão e deste encontro é o que a cidade vai fazer, como um todo, em função dos idosos, para auxiliar essa vivência dos idosos. A gente falou na reunião passada, e eu não vou repetir, mas o conselho tem que conversar com a secretaria, e não é só com a Secretaria Municipal de Assistência Social, é com todas as secretarias da Prefeitura. Todas as secretarias têm relação direta com a vida do idoso. Aí, aqui, cada um está jogando a responsabilidade para o outro. Eu só gostaria de ter uma informação definitiva e saber o que que isso vai resultar em benefício dos idosos.

**PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB):** Muito obrigado. Rochele, volta à palavra, então.

**SRA. ROCHELE SCOTT MARINHO NEVES:** Eu acho que são coisas diferentes de que a gente está falando. A coordenadoria do idoso é vinculada à diretoria de direitos humanos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e, sim,

também tem a competência de trabalhar e estabelecer as questões relativas à política pública do idoso. Mas o conselho, conforme previsto na legislação do próprio conselho, que eu acho que é importante que os conselheiros também se atenham a isso, tem a responsabilidade da gestão técnica.

A respeito dos fundos, nos fundos quem delibera sobre o projeto é o conselho. Estou errada? Quem define os projetos, para onde os projetos vão, é o conselho. Então, quem pode definir isso... Eu não estou falando sobre a política do idoso da cidade de uma forma geral, porque a coordenadoria do idoso é responsável por essa articulação. Sim, eu acho que a gente tem o dever e deveríamos estar mais no conselho discutindo as questões relativas à política do idoso. Aí, eu acho que não é uma pauta nem para a Unidade de Administração dos Fundos, mas uma pauta para a coordenadoria do idoso. Eu acho que a gente pode fazer outras pautas com a coordenadoria para discutir isso. Não nos cabe, nos cabe administração dos fundos. Isso existe. Agora, a gestão técnica, quem define tecnicamente hoje para onde vai, quem vai receber esse recurso, é o conselho. Então, é disso que a gente está falando, e eu estou falando de uma previsão do conselho nacional, estou falando de uma previsão da legislação municipal, das atribuições do Comui.

**PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB):** Pedro Ruas.

**VEREADOR PERO RUAS (PSOL):** É porque vai facilitando a explicação, depois a Rochele nos explica, Presidente, como é que ela consegue falar tanto tempo sem respirar.

**SRA. ROCHELE SCOTT MARINHO NEVES:** É que eu trabalho com os fundos.

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Isso é uma técnica especial. Ela fala, fala, fala sem respirar.

**SRA. ROCHELE SCOTT MARINHO NEVES:** Eu trabalho com os fundos, é assim.

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Isso é interessante. Eu queria aprender isso. Bom, e a outra coisa é que o governo tem que ter a compreensão de que, como regra, Ver. Cláudio Conceição, Ver. Alvoní Medina, meu caro Presidente Conselheiro Marcelo, a sociedade reivindica e o governo concede. Quanto mais organizada é a sociedade na reivindicação, né Nelson, através dos conselhos, através de entidades que já estão previstas legalmente, mais possibilidade de atendimento existe. Mas o governo tem que ter... Eu já fui governo, já fui secretário de estado, já fui secretário de município, já fui vereador de oposição, deputado de oposição, então a gente tem uma vivência. O governo tem que ter a ciência de que a sociedade precisa daquilo, e que no governo se falha, não porque se quer, é porque é um fator humano, é um futuro humano, é inevitável. Agora, não se falha na reivindicação — a não ser que ela esteja errada, do ponto de vista da possibilidade — agora, se falha. E isso, essa compreensão que eu peço para vocês, Rochele, que vejam assim: há alguns equívocos em nível de governo; eu não posso te apontar, eu não tenho conhecimento, nesse momento, para dizer quais são, eu estou aprendendo quais são. Mas há algumas situações não bem feitas que estão criando dificuldades. E nós temos que ter a capacidade de juntos buscarmos essa verdade, o pessoal que trabalha comigo sabe, eu travo dois tipos de debates, Presidente, e um dia eu falava com o meu filho mais velho, e nós procurávamos a verdade no debate, ali, e eu vi que ele estava querendo me vencer no argumento. Aí eu disse assim: não, vamos parar por aqui, tu queres me vencer no argumento, tu vais perder; todos vão perder para mim, tu não vais ganhar de mim, tu és meu filho, eu vivi muito mais do que tu, eu vou te ganhar, é certo. E além disso, eu sou um profissional, tu vais perder. Mas, se nós vamos buscar a verdade, eu cedo; quando eu achar o teu argumento melhor que o meu, eu cedo. Mas se nós estamos debatendo para ganhar, eu não vou ceder. Então eu acho que aqui nós não podemos debater para ganhar, temos que debater para buscar a verdade, ou seja, aquilo que é bom e

importante. Não é assim: a sociedade tem razão, o governo não presta. Não é isso; o governo está muito bem, as pessoas que reivindicam bobagens. Não é isso. Então, se nós buscarmos a verdade, nós conseguiremos atender a sociedade e, obviamente, eu que sou de oposição, serei o primeiro, Nelson, a aplaudir o governo, nesse sentido, serei o primeiro, Rochele, o primeiro, não tenho nenhum problema de elogiar o governo, já elogiei publicamente em tribuna, onde for necessário. O importante é que a gente busque a verdade, não queira vencer, eu sou governo tem que vencer, tem que destruir essa gente; eu sou oposição, vou destruir o governo. Não é isso. Vamos buscar a verdade aqui, o melhor caminho, o que atende, onde eu estou enganado ou até estou certo, mas posso fazer uma mudança que atende ali. É só isso, esse registro que a experiência me obriga a fazer. Obrigado, Presidente.

**PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB):** Obrigado, Ver. Pedro Ruas, é sempre para nós um privilégio poder aprender, principalmente com o senhor que tem um histórico e uma história na vida pública. Então fico muito feliz e tenho muita honra em fazer parte dessa Comissão, principalmente na companhia de vocês.

Tem uma senhora ali que quer fazer um questionamento. Mas eu sugiro para vocês, primeiro abrimos para a senhora, porque primeiro fizemos a apresentação e aí depois poderemos ter os questionamentos, porque, daqui a pouco até nessa apresentação poderá responder alguma pergunta que o pessoal vai poder fazer. Então passamos a palavra para a senhora.

**SRA. ANA BEATRIZ DA SILVA FREITAS:** Eu represento a Sociedade Espírita Maria de Nazaré, conhecida de todos aqui presentes. Pedro Ruas falou onde está a verdade, a verdade está no desinteresse em relação à pessoa idosa. Nós estamos no mês de outubro, Outubro Rosa, mas o outubro também é Prata porque é o mês do idoso e ninguém lembra disso. Ninguém lembra do idoso, a não ser para fazer mimimi, tirar fotografia; vai lá no Padre Cacique, vai lá na SPAAN — que bonito o idoso, que bonitinho. Presta um depoimento. É só para

isso que se lembram do idoso. Não existe política do idoso, não existe interesse na pessoa idosa, porque nós estamos num País em que o velho é inservível, essa é a grande verdade. O velho é apenas um consumidor, ele não produz mais nada. E neste País só tem valor aquele que produz, e isso se encontra, inclusive nas famílias. Enquanto o idoso tem condições de buscar o neto na escola, de cuidar do neto na piscina ou na praia: ah, mamãe faz isso. No momento em que o idoso não tem mais essa serventia, bota o idoso numa casa asilar.

Acontece que o governo — ou seja lá quem for que o represente — não conhece o trabalho de uma ILPI, não conhece o trabalho de uma OSC, que é, seria o idoso, assim como é a criança e o adolescente de responsabilidade do Município, da União e do Estado. Isso não sou eu que está dizendo, isso a Constituição Estadual de 89 diz e a Constituição Federal de 88 diz. Mas como essas duas cartas magnas não têm respeito nenhum, visto que elas não imperam, dadas portarias, resoluções, leis e enfim, uma infinidade de normas que existem neste nosso país tupiniquim. Então, o que que acontece, Pedro Ruas? O Comui faz o trabalho; o Comui é incessante nos trabalhos; as ILPIs fazem os trabalhos que o público, que o governo não faz. Não faz por dois motivos: um, desconhecimento e, segundo, incapacidade total; porque senão os nossos idosos estariam morrendo nas ILPIs ou comendo restos dos outros, porque a verdade é essa! A verdade é essa!

Eu gostaria de saber quantos dos senhores ou das senhoras governistas conhecem uma ILPI e uma OSC e a luta diária de cada uma dessas instituições dentro de Porto Alegre. Eu gostaria de saber. Mas não de ir lá em dia de comemoração para tirar fotografia; ir lá para conhecer o dia a dia de uma ILPI onde só nos dão deveres, e os direitos não são respeitados. Basta ver que a Sociedade Espírita Maria de Nazaré entrou com um plano de trabalho em fevereiro, e a primeira movimentação foi em abril, por um dinheiro que é nosso, a Sociedade Espírita arrecadou este dinheiro através do quê? Do seu prestígio, do seu trabalho honrado, honesto e desinteressado basta que a nossa direção, todinha, é voluntária, ninguém recebe nada, ao contrário, nós pagamos para trabalhar, eu estou pagando para estar aqui hoje, e aí vão dizer: problema é teu.

Sim, o problema é meu e eu faço porque eu quero, porque eu gosto e porque talvez eu ainda tenha 1% de esperança num governo sério e comprometido no bem estar do seu cidadão que hoje é aposentado, é como um rebenque velho no fundo num galpão, mas que já contribuiu, já fez. Se hoje nós estamos aqui é porque existe um passado, um passado honrado de trabalho de muito suor e hoje de total desrespeito. A SMDS, tão falada e tão alardeada, nada mais é um local de empecilho e obstáculos que cada OSC, que cada ILPI aqui presente luta, pede esmola, passa o chapéu para ver se cai alguma coisa ali num tempo hábil, aí vem o Ministério Público exigir que tem que ter uma rampa, tem que tirar a escada, e nós vamos fazer como? Tirando o alimento da boca do idoso? Deixando de comprar esparadrapo, gaze, deixando de contratar uma cuidadora, uma técnica de enfermagem? Aí vem o todo poderoso governo, seja municipal, estadual, federal, baixar portarias que o enfermeiro tem que ganhar melhor, o técnico de enfermagem tem que ganhar melhor, e aí a gente trabalha, a gente arrecada, existe a renúncia fiscal que seria um dinheiro federal que é administrado por quem? Aí começa que aqui faltou uma vírgula, em vez de escrever 5.000,0, se botou 5 mil, ah não pode estar errado, baixa, assina melhor. Eu assinei, eu fui lá, na 07 de Setembro, fazer a assinatura digital e aí alguém, um burocrata de plantão, não gostou da assinatura, aí eu assinei de próprio punho, quem sabe eu entrego para ele um exame de DNA para mostrar quem é a Ana Beatriz. Enquanto isso estamos nós lá de braços cruzados. E o pior, nada disso que eu estou aqui relatando para os senhores vai surtir efeito sabem por quê? Porque nada vai ser feito, tudo vai continuar na burocracia lenta, lerda reinante. É isso que acontece, eu estou aqui apenas como figura decorativa. Falei para vocês, alguns devem estar rindo, outros devem estar dizendo: ah, ela é muito exigente. É isso. Obrigada, presidente Neli, bom lhe ver aqui.

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** A senhora falou muito bem.

**PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB):** Quero deixar claro para a senhora que nós lhe ouvimos com muita clareza e ouvimos com muita atenção,

ninguém riu da senhora aqui com certeza, este local, conforme uma solicitação, a segunda reunião, é para que a gente dê resposta sim, senão nós não estaríamos aqui. Com certeza, volto a dizer, os vereadores estão aqui para dar a resposta para vocês, nós não estamos aqui para defender partido A, partido B ou até mesmo o governo, nós estamos aqui para facilitar e também dar as respostas conforme a Dona Neli, presidente do Comui, nos solicitou e novamente, prontamente nós estamos aqui para atender a todos, ouvir a todos e com certeza essas reivindicações têm que ter respostas. O Sr. Nelson Beron, secretário, está com a palavra.

**SR. NELSON BERON:** Eu vou pedir licença aos vereadores, eu tenho que sair, tenho uma outra demanda, só queria deixar claro aqui o seguinte, e vou falar como gestor. Primeiro, da política do idoso, não é só a SMDS que trabalha a política de idoso na cidade, no estado, é uma política transversal, todas as secretarias, e está aqui a Secretaria de Esporte, por exemplo, que tem política para idoso e muito atuante, atua, trabalha, executa. Em relação, Dona Ana, ao trabalho da SMDS, quero dizer para a senhora que a senhora sente na cadeira lá e assine por nós, como gestores públicos, aquilo que a senhora reivindica, porque tem situações aqui, entidades na cidade que têm apontamentos, que falta documento, que falta material e vocês querem o quê, que a gente assine a próprio punho lá e depois vocês estejam nos chamando de ladrão no jornal, na RBS, na TV? Não é assim, está se fazendo todo um trabalho, há o diálogo constante com o Comui, as entidades têm procurado a Secretaria de Desenvolvimento Social...

(Manifestações fora do microfone. Inaudíveis.)

**SR. NELSON BERON:** Bom, se eu não puder falar... Olha só, não estou brigando com ninguém, eu não brigo, eu sou do diálogo. Eu só estou colocando aqui, é a segunda reunião que nós viemos aqui, que parece, nas palavras, teve uma plenária que a senhora participou, uma primeira também, não aqui, que a

Secretaria está parada sem fazer nada e nós estamos aqui, retornando, respondendo e atuando como governo. Há problemas? Há problemas, ninguém se omite disso. Há melhorias para fazer? Há melhorias para se fazer, ninguém se omite disso, agora, o que nós não podemos ter, vereadores, é irresponsabilidade de assinar, de tocar para frente processos que não estejam completos. Há uma morosidade? Há. Há uma burocracia? Há, mas ela precisa ser vencida. Então eu lhe convido para que a gente sente juntos também na secretaria, as entidades são convidadas a isso para que a gente possa superar os problemas. É o que constava.

**PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB):** Pessoal, vamos garantir aqui a fala. A Jeniffer gostaria de falar, trouxeram uma apresentação para apresentar para vocês, os questionamentos podem ser depois, primeiro vamos ver apresentação da Secretaria e aí depois a gente fará a inscrição para vocês terem o uso da palavra, então, por favor.

**SRA. ROCHELE SCOTT MARINHO NEVES:** Respondendo à questão dos documentos que são solicitados, todos os documentos são previstos em lei, e todos os servidores têm que cumprir a lei, inclusive as OSCs também, como vocês sabem, e nós procuramos, a gente nunca indeferiu...

(Manifestações paralelas da Sra. Ana Beatriz da Silva Freitas. Ininteligíveis.)

**SRA. ROCHELE SCOTT MARINHO NEVES:** Mas está interrompendo.

**PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB):** Pessoal, por favor. Pessoal, vamos organizar, vamos... Nós estamos tentando fazer da melhor forma possível. Se perdermos o respeito, eu vou ter que dar por encerrada essa reunião infelizmente.

**SRA. JENIFFER SIQUEIRA:** Já aconteceu outras vezes de as reuniões terem sido encerradas por esse tipo de questão que falam que nós... Parece que estamos indo... Inclusive em uma das reuniões, eu mesma, servidora concursada que não estou filiada à política nenhuma, saí chorando, porque foi uma falta de respeito com o trabalho que a gente faz lá todo dia. Também com filho doente em casa, com família cheia de problema, e a gente está lá para atender. A Secretaria nunca negou um plano de trabalho, a Secretaria nunca indeferiu nada, pelo contrário, muitos documentos, nós ligamos, nós mandamos *e-mail* pedindo a correção. Os servidores poderiam simplesmente dizer: “Está errado e não vamos fazer.” E, pelo contrário, nós marcamos mais de 50 reuniões este ano para atender às OSCs e para fazer. E a gente tem aqui documentado três, quatro pareceres técnicos, pedindo para corrigir documento, pedindo para arrumar, porque a gente quer pagar. Não estamos lá para rir, estamos lá para pagar. Esse é o nosso trabalho, a gente vai lá todo dia para isso. E todo dia recebemos ligação, *e-mail* e respondemos para isso. A gente está lá para isso. Eu também tenho família e eu também sou da sociedade. A gente também é cidadão, sabemos que a cidade precisa e por isso que estamos lá fazendo. A única coisa que pedimos é respeito. Eu não quero ter que sair de outra reunião tendo que me justificar e dizer o porquê estou fazendo do jeito que eu estou fazendo. Se devermos tributo municipal, não poderemos pagar, ninguém vai assinar, porque não pode, é contra lei. E é o que acontece, por isso que a gente não paga muitas vezes, é um exemplo que eu estou dando, é o que acontece. Aqui, temos documentado cada apontamento e cada motivo de não pagamento. Se alguém quiser ver, o processo é público, pode entrar e olhar. Então é isso que queremos dizer aqui, construímos um baita trabalho, fizemos tudo para mostrar, para documentar e para provar que o que a gente faz é o que tem que ser feito, é o que a lei diz. Ninguém está lá para dizer que não por gosto. Entendeu? É isso que eu estou dizendo. E eu não estou dizendo que vocês disseram isso, a única coisa que estamos tentando mostrar é o que a gente está construindo e o que a gente já construiu. A Secretaria pagou mais do que o ano passado. A gente fez mais repasses e – eu tenho documentado aqui – foram

quase R\$ 10 milhões feitos. E ouvimos gritos todo dia dizendo que a gente não paga nada. Dez milhões é bastante coisa, e temos aqui a resposta de cada apontamento, estamos tentando apresentar.

**PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB):** Obrigado, Jeniffer. Registrando a presença do nosso querido Ver. Cassiá Carpes. Vamos dar seguimento à apresentação então? Por favor.

**SRA. ROCHELE SCOTT MARINHO NEVES:** Bom, dando prosseguimento, eu preciso só lhe dizer, presidente, que, se os servidores da SMDS – em especial da Unidade de Administração dos Fundos – forem ofendidos mais uma vez, como a gente vem sendo reiteradas vezes, nós não participaremos mais de reunião aqui. Dessa forma não. Inclusive, vou passar depois para a comissão um documento, um manifesto que foi feito dos servidores todos da Secretaria, da Unidade de Administração dos Fundos – que está sendo entregue ao secretário e será encaminhado também ao gabinete do prefeito – do que vêm sofrendo, inclusive de forma de desacato aos servidores que têm trabalhado para dar conta desse trabalho. Sabemos que tem dificuldades e em nenhum momento... Quando fazemos apontamentos técnicos aqui, a gente faz apontamentos do processo e não do conselho ou dos fundos; é do processo. A gente vem tentando corrigir o processo. Quando a gente encaminhou o processo agora para a questão do plano de ação...

**PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB):** Só para complementar, Rochele, esta comissão se diz comissão de direitos humanos, então, esta comissão é para garantir direitos e não para passar panos quentes ou para tentar burlar qualquer entidade ou qualquer situação irregular que esteja. A lei existe tá? (Palmas.)

**SRA. ROCHELE SCOTT MARINHO NEVES:** Perfeito!

**PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB):** A lei existe, então, a gente está aqui para fazer com que as coisas aconteçam da melhor forma possível. Com certeza, vocês estão fazendo esse diálogo mais uma vez aqui presentes junto com a gente, dando a resposta na forma que for solicitado. E eu agradeço por vocês estarem novamente aqui, por darem esses esclarecimentos, porque, a primeira reunião, com toda clareza e toda tranquilidade, foi uma reunião muito produtiva. Inclusive, hoje, estamos aqui tentando dar a resposta da melhor forma possível para as entidades. Várias entidades têm apontamentos, todos nós somos sabedores disso. Eu fui conselheiro tutelar por 20 anos, o Conselho Tutelar fiscaliza entidades, então, nós soubemos muito bem quem são as entidades corretas, quem são as entidades que apenas... Eu tenho toda clareza para dizer que criança e adolescente viraram um grande balcão de negócio. Essa é a realidade, assim como também o idoso – Pedro Ruas – virou um grande balcão de negócio. Então, o critério tem que ser muito rigoroso, porque a gente não está falando de... Eu fiquei abismado aqui com os recursos que são passados. Nós não estamos falando de R\$ 20 mil, R\$ 30 mil, R\$ 50 mil; são R\$ 45 milhões, e tem entidades que recebem milhões, porque captam, mas tem que estar tudo redondo. Não adianta, não adianta nós fazermos essa reunião. O senhor que tem essa bandeira do idoso, Ver. Medina, o Cassiá também, mas nós não podemos também passar panos quentes àquela entidade que não está redonda. Infelizmente, essa é realidade. Ninguém quer isso. Então, a nossa realidade para nós estarmos aqui hoje é dessa forma, e a Secretaria já se colocou à disposição para sentar com todas entidades e ver o que está errado para tentar ajustar. O dinheiro está lá, eles não querem ficar com o dinheiro, eles querem é botar o dinheiro para fora, porque o dinheiro foi destinado para isso, para atender as maiores entidades, enfim, o maior número de idosos aqui da cidade de Porto Alegre, porque a gente sabe que tem aumentado muito e é uma necessidade muito grande. Então, por favor, Rochele, dê continuidade à apresentação.

**SRA. ROCHELE SCOTT MARINHO NEVES:** Sobre o que Ana falou, é importante só trazer o seguinte: A situação dela é específica, já que ela trouxe a situação da instituição dela, e eu não estou trazendo situações pontuais. De fato, é um processo que demora, como muitos processos que tiveram demora, e a gente sabe disso, mas ela teve um problema com assinatura, que veio com assinatura colada, então, ela é considerada assinatura equivocada. Eles chamam de digitalizada, mas ela não é; ela veio apontada pela controladoria. Ela teve um apontamento na sua assinatura que voltou. Inclusive com o objetivo de a gente realmente resolver, o colega parou, imprimiu, chamou ela para fazer. Isso nem era atribuição nossa, mas a gente queria acelerar, queria tentar resolver o assunto. É por isso que eu acho que há essa chateação, porque há um esforço da equipe em tentar ajudar. Dando prosseguimento dentro da fala do Ver. Ruas, eu acho bem importante que, de fato, não é para ser uns contra os outros, tanto que me coloquei à disposição para que a gente faça a construção coletiva com o conselho. Todos nós estamos pensando na mesma coisa, inclusive eu coloquei que a gente podia participar da elaboração do plano juntos, se possível chamar, daqui a pouco, técnicos que pudessem participar. Então a proposta é uma construção coletiva, não uns contra os outros. Bom, seguindo a apresentação, nas principais dificuldades, e aí a gente faz as dificuldades que a gente encontra, como eu já tinha repetido, no processo como um todo, a gente tem projetos aprovados com características de atividades, aí a gente fala sobre a Lei nº 13.019, que difere atividade de projeto. O que que acontece hoje? As instituições protocolam um projeto; o projeto tem um tempo determinado, início, meio e fim. É isso que está previsto, é isso que é projeto na lei. Hoje se apresenta muito, quando a instituição diz assim: “Olha só, vocês não me pagam, o RH é continuidade, vou fechar a instituição.” A gente entende isso, só que acaba que se apresenta algo que é atividade e não o projeto, porque o projeto tem início, meio e fim, ele tem que terminar. Eu sei que hoje, se a gente fosse ser rigoroso na legislação, talvez a gente teria que estar impedindo a continuidade da maioria dos projetos, mas não é o que a gente está fazendo; a gente está iniciando uma discussão de que esses projetos de caráter continuado são projetos complexos

de ser feitos através de recursos dos fundos. Vamos pensar os fundos, de uma forma geral, no idoso; pouquíssimas instituições captam recurso hoje, são poucas instituições que captam bastante valores altos, vocês sabem disso, e, depois, o que sobra dessas instituições, que é da retenção é que se faz os editais. Então vamos pensar que a gente organiza a estrutura da manutenção de uma instituição, aguardando que a instituição “x” capte recurso e sobre recursos para poder executar. Então é complicado a gente fazer um serviço continuado, uma atividade com esse recurso, contando com esse recurso. Não é a lógica, onde seria a lógica. Não estou aqui discutindo se o valor é adequado, se a *per capita* é ideal que é paga através de outras parcerias, não é essa a discussão, embora essa discussão seja oportuna; eu estou informando que vocês dependem de um projeto que deveria ter início, meio e fim, características de projeto. E nós recebemos projetos lá, e, de fato, se eu se eu for listar que cada projeto, nós vamos passar a vida conversando, mas a gente tem projetos do tipo salve a instituição tal, isso não é um projeto. Um projeto de aquisição de algo, aquisição de algo não é projeto, é despesa para a gente chegar num projeto. Vocês concordam, vereadores? Então a gente apresenta essas dificuldades. E essas dificuldades, para quem faz a formalização, na ponta, isso cria uma insegurança de seguir, porque ela está em desacordo com a legislação.

Seguindo ali, divergência de informações dos projetos e doações. Isso é um problema nosso, a gente colocou porque nós encontramos dificuldades nisso, e nós estamos ainda tratando com a Procempa essas questões. E projetos desvinculados à política correlata, porque às vezes os projetos vêm e não estão claro que eles são voltados exatamente para a política do idoso. Aí vamos lá: “Ah, então tu estás dizendo que não vai atender idoso.” Eu não estou dizendo isso, eu estou dizendo que os projetos, às vezes, vêm de uma forma que não se parece vinculado com a política, porque não tem uma relação técnica direta com a política.

Seguindo, por gentileza. Então nós temos as propostas de melhorias, com a capacitação dos conselheiros, está em andamento o processo. Nós estamos aguardando, esperamos que até o final do ano a gente consiga disponibilizar

pelo menos dez vagas para que o conselho designe aos conselheiros que vão participar. O relacionamento direto dos conselhos com as OSCs, então ontem nós fizemos a nossa 50ª reunião com OSCs, nesses últimos meses, e isso tem sido bem importante. Muitas instituições têm-nos enviado *e-mail* e a gente tem tentado, de alguma forma, orientar, explicar, ver o processo e ver o que está acontecendo, tentar dar celeridade e explicar como funciona a tramitação. A gente colocou parceirização ou contratação, mas é bem importante que a gente só colocou esse nome porque a gente precisa da definição jurídica de qual vai ser o modelo, mas a ideia é que a gente possa fazer uma descentralização da secretaria do conselho. Pode seguir, por gentileza.

Aí nós entramos na segunda fase. A segunda fase é a fase que compete diretamente à Secretaria, junto com a unidade de administração de fundos, que é a fase de resgate financeiro. Pode seguir. E aí nós trazemos, para vocês entenderem, todo o fluxo processual hoje obrigatório para a gente chegar no resgate. Então é apresentado o plano de trabalho para pedido de resgate de recurso, conforme a captação realizada, e aí para os vereadores entenderem, se a instituição tem um plano de um projeto de R\$ 500 mil e ela captar R\$ 200 mil, ela pode apresentar hoje um plano de R\$ 200 mil e, depois, quando ela captar o resto, ela apresenta um novo plano. Ou seja, é mais um processo, é mais uma tramitação. Os dias que estão ali são os dias que hoje nós estamos conseguindo fazer. Então antes a gente teve problemas com os *e-mails* e nós ficávamos, por exemplo — isso eu estou trazendo para dizer sim, dos avanços, quando se diz que não tem avanços — às vezes, uma semana, um mês para poder abrir um *e-mail* e encaminhar, e era reclamação das OSCs. Aqui nós estamos com o nosso chefe da equipe de gerenciamento, está sentado lá o Luiz Paulo, a gente não fica mais do que dois dias para encaminhamento de um *e-mail* para abertura de processo. Depois nós temos a análise dos documentos. Essa análise dos documentos que é feita hoje a formalização, através da equipe do financeiro, nós não temos nenhum processo, nós ficamos meses... Processos que vocês diziam que estava parado, que ninguém analisou, que mandaram plano, não tem nenhum processo parado aguardando análise. Existem processos hoje que

estão tramitando entre ajusta, manda para a instituição, a instituição devolve e isso acontece. Ontem mesmo uma instituição me questionou sobre uma questão de um resgate; entrou o projeto no dia 20 e no dia 23 já tinha sido analisado, já tinha retornado para a instituição. Então isso é, sim, celeridade, é sim hoje retorno para as instituições.

**PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB):** Esse material vai ser disponibilizado publicamente, para as OSCs?

**SRA. ROCHELE SCOTT MARINHO NEVES:** Posso disponibilizar, não tem problema nenhum. Eu vou apresentar a minha proposta que eu estava discutindo com a executiva, mas eu acho que não vou continuar com a executiva e eu gostaria de discutir, de levar esse assunto para a plenária direto. Aí a gente discute, porque é como a gente vem fazendo agora com as instituições. Para nós, tranquilo, já podemos pedir para a próxima plenária para que a gente possa fazer a discussão lá. Porque como tem situações que têm *links* que estão sendo modificados, por exemplo, a instrução normativa que a gente tem ali está aguardando que a PMS me dê *ok*.

**PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB):** Está em construção ainda.

**SRA. ROCHELE SCOTT MARINHO NEVES:** O que é normativa eu ainda não posso colocar, mas eu vou mostrar as minutas ali. Então ali nós temos a solicitação e ao lado de cada item de etapa que a gente faz está prevista a regulamentação, ou seja, onde consta a obrigatoriedade de a gente manter aquilo ali. Tem a discussão, que a gente já coloca como uma sugestão de retirada, que é a junta administrativa, que hoje é uma etapa que se passa e é uma etapa que a gente entende que não tem a obrigatoriedade legal, que a Lei nº 13.019 não nos obriga a passar pela junta, e que a junta poderia trabalhar basicamente numa prestação de conta geral dos fundos, e não em cada projeto. O que é que acontece hoje? Acontece que a secretaria faz o parecer técnico,

manda para a junta, para a secretaria fazer de novo. É mais uma etapa que fica lá esperando, porque acaba que a gente fica mandando para a gente mesmo, é a mesma pessoa, que é a Assetec, então, isso demora mais para as instituições. Já teve instituições aqui que demoraram, e que a gente dizia que estava na junta, e que a gente não conseguia. Então, é uma etapa que a gente já tem de proposta de retirada, mas que precisa ser construída junto ao conselho.

**VEREADOR ALVONI MEDINA (REP):** Presidente, se permite eu dar uma pincelada, falar também. Boa tarde a todos; eu quero falar que eu trabalho com idosos desde que eu cheguei aqui na Câmara de Vereadores, desde 2017. Eu sou presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos das Pessoas Idosas, aqui na Câmara de Vereadores, e nós temos políticas voltadas para essa população. Todos os anos, todos os meses, inclusive, nós destinamos verbas para ajudar, para trabalhar com nossa população idosa. O jogo do câmbio aqui do Município, nós destinamos uma verba para construir a cobertura do ginásio Ceprima, para que os idosos possam ter um espaço para jogar câmbio. Nós ajudamos o Lar de Cegos dos Idosos. O Hospital Vila Nova, nós destinamos uma verba para que houvesse uma área de atendimento só, especificamente, para a população idosa. Nós temos ajudado clubes de mães onde também tem trabalho com a população idosa, nós ajudamos lá na Vila Nova a fazer uma horta para atender o Lar de Idosos que moram na instituição. Fizemos agora, final de semana, um seminário falando sobre a saúde do idoso, a importância do idoso se cuidar, para que ele tenha uma velhice com saúde, com responsabilidade, para que ele não venha a estar dependendo de nenhum familiar, de ninguém, para que ele tenha autonomia de ir e vir para onde ele quiser. Então, aqui na Casa, eu digo a vocês, eu tenho aqui a Samanta, que está do meu lado, nós estamos sempre fazendo atividades em prol da população idosa. Inclusive, segunda-feira agora, dia 30, nós vamos ter uma caminhada, vamos sair ali da Praça da Alfândega até o Glênio Peres, para falar sobre a população idosa e sobre o cuidado que essa população tem. Se vocês precisarem da minha ajuda, do meu apoio, do que eu puder fazer para auxiliá-los, vocês podem contar

comigo. Meu gabinete é na sala 205, aqui embaixo, não tem como errar, tem uma foto bem gigante na entrada. Eu vejo também, Rochele, nós temos que levar para o nosso poder público, para o nosso presidente, tanto para o Léo Voigt como para o nosso secretário que saiu daqui, o Nelsinho, para que nós possamos capacitar as pessoas, para que possa ter mais funcionários, para que possam fazer um excelente trabalho e dar condições para que as pessoas que trabalham com a população idosa não fiquem esperando seis, sete, oito, nove meses ou até mais, para receber algo que lhe pertence. Falta também nós organizarmos a nossa casa, capacitarmos mais os nossos servidores. O que é que está precisando, para que essas respostas cheguem? O dinheiro que eles captaram, os projetos que eles estão pedindo, para que eles consigam atender as suas demandas. Também nós temos auxiliado o Amparo Santa Cruz, que é um lar que cuida de idosos. Se nós não ajudarmos e não fizermos com que as coisas andem mais rápido, quem paga essa conta? De onde vem o dinheiro para eles poderem saldar as suas responsabilidades de ajudar o poder público? Porque, quando eles abrem para cuidar, eles estão também ajudando o Município, para que o Município não fique com uma carga sobre ele, mas o Município tem que dar estrutura para essas pessoas, para que elas possam chegar no final do mês e ter como pagar, as suas receitas, porque de onde que eles vão tirar, se caso... Tem o dinheiro, mas e o dinheiro não sai. É como você na sua casa, como eu, na minha casa: eu ganho tanto, eu tenho de viver dentro daquele tanto, porque, se eu viver acima daquele tanto, da onde eu vou tirar o dinheiro para saldar aquele tanto que eu fiz, se eu não tenho dinheiro para saldar? E elas estão aqui dependendo muitas delas. A gente sabe, inclusive, já levei lá o prefeito, de entidades pedindo para que a coisa andasse, porque elas teriam que fechar as portas se não resolvesse. Nós precisamos também capacitar mais pessoas, para que elas possam ajudar a ser útil. Obrigado. Desculpa aí o desabafo.

**SRA. ROCHELE SCOTT MARINHO NEVES:** Vereador, eu acho que é, até na última plenária a gente falou sobre isso aqui assim, o que aconteceu agora

justamente o governo municipal vem investindo nos servidores e na capacitação dos servidores. É por isso que a gente está tendo um material como esse hoje, é por isso que a gente está conseguindo atender como a gente está atendendo hoje. Hoje nós estamos substituindo praticamente todos os servidores que tinham cargo de confiança por servidores de provimento efetivo, justamente para dar celeridade. Então é isso que tem acontecido hoje no governo municipal.

**PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB):** Carlos Simões, por favor.

**SR. CARLOS SIMÕES:** Primeiro, quero valorizar isso que a Rochele trouxe agora na última argumentação. De 2021 a 2023, com certeza, o poder público se equivocou. Esse troca-troca de funcionários comissionados, e aí acho que é importante a gente sempre completar a frase. Muito se fala servidor, servidores; servidor de carreira ou servidor temporário? O que nós tivemos, até março de 2023 nessa área de análise e prestação de contas, foi uma circulação incessante de quadros, de pessoas, de profissionais que não tiveram escolha. Entraram, gostavam do conselho da pessoa idosa, gostavam do trabalho e acabavam saindo. Eu lembro só de dois, porque eu acompanhei todo esse processo desde janeiro de 2021 até agora, que é o Alexandre Borini e Lira Rios. Todos os outros entraram e saíram, entraram e iam saindo, talvez 25, 30 colegas, mas o Borini e a Rios ficaram. Esses dois trabalham muito bem, parece funcionário de carreira. Uma coisa que o José Paulo Giacomini, nosso colega de COMUI, de década, que está se aposentando, que é colega da SMELJ, de carreira, que ele sempre dizia e a gente pouco valorizava. E ele disse isso aqui também, na CEDECONDH, nos anos anteriores: tem que valorizar o quadro de carreira – tem! Porque esse quadro vai se adaptando, vai conhecendo a legislação, vai visitando as instituições, vai conhecendo que é ILPI, grupo de convivência; e ele sabe que precisa ser rápido, precisa ser imediato, não pode fechar as portas de ILPI. Eu me lembro mais recentemente a gente teve um caso gravíssimo com a SPAAN, chegou ao ponto de a legislação querer exigir da SPAAN, devolver recursos, e foi quadro de carreira que analisou e deu o parecer. Atendeu? Tinha

pessoas idosas? Então está contemplado a 1309, há uma advertência, vida que segue. Isso foi agora, foi recente. Eu acho que é isso que a gente tem que aprender enquanto funcionários de carreira. Eu fiquei com coisas anotadas, Pedro Ruas; Conselheiro Marcelo, um velho conhecido da área da criança de Porto Alegre ; Cassiá Carpes, que eu acho que está na hora de a gente ter um novo livro aqui, da Câmara, sobre os conselhos municipais, porque a gente ficou feliz que o Comui e o CMDCA mantiveram-se com a sua composição, mas a gente gostaria de ver isso escrito no livro da Câmara de Vereadores, com todos os 30 conselhos, de novo, com a legislação atual, isso nos tranquiliza e nos acalma, é importante. Mas eu anotei aqui: nós tínhamos que reduzir o tempo de fluxo dos processos das OSCs. Eu ainda quero entender se realmente a OSC precisa apresentar quantas parcelas ela quer receber, ou se a OSC pode fazer, daqui a pouco, como lá em Belo Horizonte: “Olha, realmente, eu gostaria de receber numa parcela; e eu vou prestar conta ao longo dos meses”. Porque quem apresenta “eu quero em cinco, em seis” – quantas parcelas forem – é a instituição. Eu gostaria de ver – e eu estou no mesmo GT do MROSC, no decreto municipal, e do Destrava – essa outra versão, como tem na área de esportes, que o secretário Vinicius Kaster tem nos assinalado. No esporte, tu repassas o valor e a instituição vai fazer a administração, o poder público tem que monitorar, visitar, fiscalizar, mas também dar condições. É como a Ana disse: tem que dar direitos e aí, depois, tu vê os deveres, porque a instituição é séria, se ela tem um idoso lá, ela é seríssima. Eu também tenho que valorizar o Comui hoje, porque hoje, de manhã, nós aprovamos, porque temos que saber que não somos os melhores. Se São Paulo capta mais que Porto Alegre nos conselhos do idoso e da criança, e é verdade, nós somos a segunda cidade do País em captação no Comui e no CMDCA, nós temos que ir a São Paulo. Hoje, pela manhã, foi aprovado, por unanimidade, a ida de duas instituições, dois conselheiros, um de cada, a São Paulo, nos dias 8, 9 e 10 de novembro, para se capacitarem, para entender melhor a 13.019, saber o que as outras cidades fazem melhor que Porto Alegre, e trazer as respostas para nós não só da política da pessoa idosa,

do fundo da pessoa idosa, mas do fluxo de desencaixe financeiro, porque tem que ser melhor. Então, o Comui está preocupado em aprender, não é?

Também dizer aos colegas vereadores que não é qualquer cidade que recebe uma mensagem como a gente recebeu, na semana passada; hoje, de manhã, que eu consegui buscar, eu estava preocupado, porque o Conselho da Criança já tinha recebido o comunicado do Itaú de São Paulo, temos pendências, mas recebemos o comunicado de Itaú de São Paulo que Porto Alegre está recebendo R\$ 700 mil. Então, o Comui de Porto Alegre é competente, as instituições são boas, senão, não receberia. Agora, eu quero também aqui fazer uma provocação para a Prefeitura e para o nosso Comui e para os vereadores, que a gente volte na próxima CEDECONDH e que a gente tenha uma apresentação de como é que esses R\$ 700 mil saem do caixa e entram na realidade da vida do atendimento da pessoa idosa, consensuado entre Conselho do Idoso, Prefeitura e Fórum da Pessoa Idosa, o Fórum também tem que consensuar.

Eu gostaria de ver o que eu escutei na plenária passada aqui, na Câmara, que é, de repente, a gente também ter um momento de a gente fazer esse destrava, uma coisa que está sendo usado muito na Prefeitura hoje, quando as coisas trancam, trancam, trancam, aí fazem o tal do destrava. A gente atualizar realmente esse fluxo com o Comui, mas com o Fórum da Pessoa Idosa, tem que ser simultâneo, tem que ser transparente. Quem sabe, numa audiência aqui, Conselheiro Marcelo, eu já te vi fazeres isso, com 637 nomes de crianças, no passado recente, de criança em situação de rua, que tinha que abordar caso a caso para superar. Quem sabe a gente tem que abordar as 80 instituições do Fórum da Pessoa Idosa, um por um, bem como a Ana trouxe hoje, para ver caso a caso: por que travou? Por que não recebe? É a Prefeitura que falha? É a instituição que ainda precisa se atualizar ou é burocracia demais? O que está acontecendo? Tu sabes fazer isso, tu fizeste isso no Ministério Público, 18 anos atrás, tu eras mais jovem, não pintavas os cabelos, mas a gente viu isso acontecer de verdade. Então, eu acho que isso pode acontecer de novo. E parabenizar o Pedro, o Marcelo, o Alvoni, o Cassiá, porque esse tipo de espaço é que dá lisura e transparência para os processos. Quando as coisas ficam só

em salas, e, às vezes, com falta de respeito, eu também me solidarizo com a Jeniffer, eu acho que a gente tem que saber conversar, saber que erramos e saber apresentar essas melhorias, porque realmente não é compatível o recurso ficar represado, ele tem que entrar e ele tem que sair; ele tem que virar atendimento para a política da pessoa idosa imediatamente. Tem uma ex-presidente do Comui aqui, na sala, e ela sabe como é que isso funcionava. Às vezes, é conversando direto com o prefeito e os secretários, não é, Dilci? Que as coisas têm que acontecer com diálogo. Muito obrigado.

**VEREADOR CONSELHEIRO MARCELO (PSDB):** Obrigado, Carlos Simões. Faço uma sugestão, então, aqui, Rochele, para você terminar a apresentação, de forma que não tenhamos mais... Tem a inscrição do secretário, que gostaria também do uso da palavra, mas fazer a apresentação até pelo adiantado da hora. Eu acho que é importante porque, senão, não vamos terminar a apresentação. Então, toca direto a apresentação para, depois, as inscrições e daí...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível).

**PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB):** É que assim, gente, por favor... Senão não teria o fundamento de nós estarmos tendo esta reunião...

**SRA. ROCHELE SCOTT MARINHO NEVES:** Eu sempre explico que, de fato, ele é um assunto denso e é por isso que a gente sempre sente essa dificuldade quando a gente vai fazer as apresentações. Porque ele é denso, e é por isso que ele demora tanto, porque é complexo mesmo.

**PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB):** Solicitada a resposta do governo, o governo está aqui dando a resposta...

**SRA. ROCHELE SCOTT MARINHO NEVES:** E cada lâmina tem proposta de melhorias. A gente está mostrando... Pediram para apresentar o que a gente fez nesse período e as coisas que a gente está trazendo de novidades para melhorar as etapas, mas se quiserem até o encaminhamento, daqui a pouco, Presidente, se acharem que é muito, eu posso fazer em etapas na plenária, se elas quiserem, e deixar disponível para a própria comissão, para nós é muito tranquilo. Mesmo na plenária, quando a gente for apresentar no pleno, no conselho, a gente não vai conseguir apresentar em uma reunião. Certamente, nós começamos a executiva, e gente não conseguir avançar... É só uma sugestão.

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Rochele, eu acho que essa tua ideia, sugestão, é muito boa. Por quê? Porque quando a Anna faz o registro de que boa parte do material é de conhecimento do que se chama de clientela do setor, e a tua proposta vem a calhar, é muito boa. Porque se nós pudermos, Presidente Marcelo, ouvir as pessoas, porque na verdade elas precisam muito ser ouvidas... Às vezes — não é o caso, eu sei — é só ser ouvida o que a pessoa quer. Não é o caso, aqui tem que ser ouvido e a demanda tem que ser atendida. Ser ouvido é muito importante. Se a gente pudesse ouvir as pessoas e receber resumidamente o material, Rochele... Eu quero receber, resumidamente é claro. E aí ouvir, aproveitar o tempo, porque às 16h termina esta reunião. E aí? Ficamos assim... Então, se pudéssemos ouvir mais algumas pessoas... Inclusive o secretário.

**PRÉSIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB):** Dessa forma, então, se ficar bom para vocês, para mim...

**SRA. NELI MIOTTO:** Eu gostaria só de fazer o encaminhamento disso com as entidades, não vou ser eu quem vai decidir se a gente continua, se faz depois ou se faz em plenária. Eu gostaria que as entidades se manifestassem e dissessem: vocês querem essa apresentação na plenária? Eu solicito que vocês se manifestem se a gente continua aqui ou se a gente leva essa apresentação para

dentro da plenária do Comui. Levantem a mão, por gentileza. Ok, então fazemos esse encaminhamento para que a apresentação, Rochele, seja feita para a plenária do Comui. E aí a gente vai montando, eu acho que por blocos, para não ficar extremamente... É muito material, é muita coisa para a gente discutir e a gente sabe que a gente vai ter idas e vindas, então é importante que a gente monte por módulos, para que a gente possa ir fazendo a discussão e os encaminhamentos.

**PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB):** Perfeito. Jeniffer está com a palavra, até para resposta.

**SRA. JENIFFER SIQUEIRA:** Essa apresentação resumiria basicamente por que é que os processos trancam tanto. Porque tudo isso foi estudado, nós fizemos o levantamento...

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Perdão, Jeniffer, não vou interromper mais, eu prometo. A minha sugestão ao Presidente, a todas e todos, para que todos possam falar, é de que cada intervenção seja de um minuto e meio, contado. Senão não vão falar todos. Se alguém levar 30 minutos, acabou a reunião. Então, um minuto e meio, que é como se faz nos partidos, naquele horror do troço. É a minha sugestão. Obrigado.

**SRA. JENIFFER SIQUEIRA:** Então, a gente trouxe essa apresentação também para mostrar que tudo tem base legal, cada documento que a gente pede. Porque a maioria dos processos já tem mais um, dois, três, quatro pareceres pedindo, reiterando a solicitação de documentação. Então aqui a gente trouxe quais são os documentos que trancam e por que é que eles trancam. Porque a gente sabe quais são as reivindicações das OSCs, a gente as escuta, todos os dias, a gente responde muitos *e-mails* e a gente recebe muitas ligações. Então foi nesse propósito que a gente trouxe. Claro, o material é denso, com relação a essa questão da unificação dos repasses nós também temos respostas, porque

nós já pesquisamos, nós já procuramos. E a lei prevê que não pode ser feito repasse único, porque tem que ter a prestação de contas do que já foi recebido. Então é por isso que a gente não conseguiu, inclusive no *slide* tem a proposta de unificação dos repasses, que a gente conversou com a procuradora e, enfim, a gente está construindo ainda. O que a gente queria trazer basicamente é tudo que a gente já construiu em relação a combater essa morosidade do processo. Então, resumidamente, quando uma OSC apresenta um projeto para o conselho dois anos antes, se ela diz que o educador social vai receber R\$ 5 mil, vai trancar se ela apresentar para a Secretaria um salário de R\$ 10 mil. Isso não pode. Eu só estou dando um exemplo, eu não estou dizendo que alguém fez isso, gente. Mas a gente tem aqui os pareceres e basicamente é a questão, e eu acredito que seja por reajuste, e a gente entende também, mas é a questão que tranca o processo e é a questão que é prevista em lei. É por isso que a gente traz assim tão detalhadamente e tão minuciosamente o porquê que cada processo tranca, porque cada caso é um caso. A gente não tem um edital que diz: “Olha, a gente vai pagar 50 OSCs para fazer o atendimento do idoso na questão da saúde e assim vai ser um padrão...” Não! Cada projeto que chega é de um jeito e cada um tem que ser analisado individualmente. Demora. Assim como uma licitação. Então se apresentar um contrato de serviço que tu disseste para o conselho que é de R\$ 10 mil, vai chegar aqui R\$ 20 mil e a gente não vai poder aceitar. E a gente sabe que isso acontece. Então, basicamente a gente trouxe todo esse material denso e extenso por isso, para explicar o que a gente fala individualmente.

**PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB):** Muito obrigado, Jeniffer. Para finalizar, então, com o secretário Vinicius Kaster. Depois passamos para as OSCs e para as entidades.

**SR. VINICIUS KASTER:** Boa tarde, Ver. Marcelo e demais vereadores. Pessoal, rapidamente, enfim, realmente, para a gente tentar dar um encaminhamento. Eu parablenho vocês duas pela clareza da explanação, eu acho que vocês foram

inclusive corajosas em mostrar a fragilidade que nós temos dentro da Secretaria e a vontade de qualificar. Sem dúvida essa é uma questão que a gente tem que enfrentar junto. E, quando a gente vem para uma reunião como esta, pessoal, a gente tem que estar com a cabeça aberta para ouvir. Às vezes, o tom que é dado, como na nossas plenárias que acontecem, elas tornam o ambiente meio tenso, e isso acaba levando para o outro lado. Então, uma apresentação bem legal como esta, que foi proposta, que a gente poderia ter diversos entendimentos, ela não pôde ser concluída. Então, diversas questões que foram, enfim, pesquisadas estão demonstradas aqui, elas poderiam dar um entendimento a todos não somente aos conselheiros na plenária, porque tem muita gente aqui que, de repente, não tem nada a ver com fórum e não é conselheiro. Então, acho que é um ponto, mas que bom que a gente vai conseguir dar sequência na plenária, porque eu também tenho dúvidas de todo esse processo, do que pode ser qualificado, mas aí o que a gente tem que fazer? A gente tem que fazer um pequeno grupo de trabalho, aí uma pequena sugestão de encaminhamento também, porque no coletivo a gente não vai conseguir resolver. Então, elas apresentaram muito claramente ali quais são as dificuldades da Secretaria e quais são as soluções. Então, vamos fazer um grupo menor e vamos voltar aqui apresentando quais foram as medidas que cada lado tomou para que a gente conseguisse evoluir. Só assim a gente vai chegar no encaminhamento, porque a gente vai chegar com a solução dessa forma. No meu ponto de vista, isso acontece. Logo na plenária do Comui eu também me manifestei, pedi a palavra para a presidente para dizer, eu acredito que nos dois lados também tenham coisas a ser qualificadas. Eu acho que o processo dentro da plenária também pode evoluir de alguma forma, eu já dei exemplos disso, e ninguém chegou de forma assim questionando, eu acho que tudo tem jeito, é o diálogo. O nosso governo é um governo de diálogo, e sempre vai ser. A gente tem que sentar, a gente tem que construir, e as plenárias do Comui realmente ficaram muito tensas, quem está ali, quem participou hoje de amanhã... é muito ruim, a gente reserva ali, eu, hoje, como secretário adjunto, ter uma hora para participar e destinar para o Comui, porque eu e a secretária Débora, a gente quer

investir no idoso. A gente quer, cada vez mais, poder construir, e a gente está lá justamente para isso. Eu dei um exemplo que Campo Grande, capital do Mato Grosso, foi considerada e premiada porque eles têm 150 postos simultâneos de esporte, ou seja, um professor propondo alguma atividade física em 150 praças da cidade simultaneamente. Então, se tu chegares lá em determinado dia – não é um dia na segunda outro na terça, não, é simultaneamente. Então, em vez de a gente conseguir, finalizando, discutir políticas públicas e fazer com que o nosso Comui invista também no esporte, na prevenção – principalmente na prevenção –, não deixar... claro que a ILPI é muito importante, mas a gente tem que investir também um pouquinho para deixar o idoso chegar lá com uma qualidade de vida um pouquinho melhor. A gente está discutindo questões de quem viaja a três plenárias, então isso é perda de tempo, por quê? Porque a gente, às vezes, perde a linha. Então, fica aqui realmente um pedido que a gente consiga ter o diálogo sempre, que a gente consiga segurar nossas emoções muitas vezes e fazer com que, sim, a gente possa evoluir com o Comui, está bem? Então, fica como solução, um pequeno grupo, Ver. Marcelo, de trabalho, minha sugestão de encaminhamento para que a gente possa junto, sentar, entender cada coisa que as meninas apresentaram ali, para que a gente volte aqui e diga o que vai ser feito agora, quais são os processos, porque tem muita coisa também que depende, plano de ação para que o governo possa se preparar, uma série de coisas que foi citado ali. Muito obrigado.

**PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB):** Obrigado, secretário Vinícius. A Sra. Anete Oliveira está com a palavra.

**SRA. ANETE MARIA NUNES DE OLIVEIRA:** Boa tarde, como é bem rápido, eu vou ter que dar só uma pincelada. Eu acredito, Rochele, que tu ias fazer aquela mesma apresentação que a gente viu numa reunião lá da executiva, não é? Que tu apresentaste só o início para nós.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**SR. VINICIUS KASTER:** Tudo bem, mas a gente, inclusive, já tinha conversado sobre isso para a gente apresentar realmente na plenária, porque é muito detalhe. Eu acho que aqui não interessa assim para todo o público que tem aqui aquele nível de detalhe, de saber artigos da lei, onde que se enquadra cada coisa. Assim, pessoal, eu acredito que está ocorrendo porque nós não estaríamos aqui se não houvesse um descontentamento geral com relação aos prazos. Claro, as pessoas se exaltam, as pessoas se exaltam e acabam falando em capacidade, e não é isso que a gente no fim quer dizer. A gente quer dizer que a gente vê, a gente nota uma incapacidade de atender toda a demanda, porque a demanda é muita, e a equipe é pequena. Nós sabemos que a equipe está sobrecarregada, nós sabemos disso, a gente nota, a gente vê, a gente acompanha os processos, nós temos acesso aos processos. Então, a gente vê que a mesma pessoa toca um monte de processos, só que isso causa que os processos fiquem parados, algum sempre vai ficar parado. Então, eu vou dar um exemplo: eu tenho um processo que eu mandei há dois mês, estava aguardando resposta; não vinha, não vinha, não vinha, deixei passar 30 dias e mandei perguntar. Estou aguardando a resposta. Um dia depois, veio a resposta. Então, as coisas acontecem... empurrando, empurrando, vai acontecendo – essa é uma das reclamações. A outra coisa que eu acho que está acontecendo, que não acontecia antigamente, é um nível de exigência bem maior, um nível de detalhe de exigência nos projetos bem maior do que se exigia antes. Vou dar outro exemplo: projeto meu também, não vou é citar outros. Quando a gente manda um plano, a gente tem que mandar um orçamento, aquilo ali é um orçamento para uso do recurso. Só que esse plano era para uso o ano que vem, então, o que a gente fez? A gente botou uma previsão de IPCA para corrigir contratos que eu tenho hoje com fornecedores. Então, coloquei uma previsão de IPCA 6%, o valor corrigido, o valor atual hoje do contrato, corrigido os estimados 6% davam R\$ 3.498,00, eu arredondei para R\$ 3.500,00. Não foi aceito, porque eu tenho que diminuir R\$ 2,00. Gente, é um valor estimado, é um orçamento, isso não vai ser R\$ 3.500,00, nem vai ser R\$ 3.498,00. Pode ser R\$ 3.502,50. A gente não sabe. Então, esse nível de exigência, gente, não é cabível neste momento.

**PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB):** Para garantir a palavra dos outros, já estamos em quase quatro minutos. Obrigado. Desculpa interromper a senhora, mas é para a gente poder garantir a fala de todos aqui. Por favor, Dona Fátima, a senhora tem a palavra.

**SRA. FÁTIMA GICELE ANFLOR ALVES:** Sim, boa tarde a todos, eu queria dar o meu depoimento com relação à questão da documentação. Fui atendida várias vezes, sim, mas foi pouco resolutivo, eu tive que ir várias vezes e, no caso da minha instituição, não tinha nada de imposto atrasado ou de coisas que não tenham ficado claras. Eu acho que é importante também fazer esse registro, porque, assim como aconteceu comigo, deve ter acontecido com outros.

A outra questão que me preocupa é que os projetos não deveriam ser continuados. Os projetos continuados, que têm carta de captação aprovada, também são captados continuamente, e a gente se programa, pelo menos a minha instituição sempre se programa, para oito meses antes já estar pedindo, até mais, só que atrasa.

Então, a solução é acabar com os projetos? E, nessa lacuna de tempo, o que se faz com esse pessoal que está acostumado a frequentar os projetos e tem que cuidar da sua saúde? Eles param com tudo? Vão para as suas casas, ficam sem fazer nada, viram sedentários de novo? Acho que é uma reflexão que a gente tem que fazer também. É bem importante a gente falar que essa questão não é por causa da burocracia, porque tem que fazer tudo certinho. A gente faz tudo certinho. A questão é que depende, muitas vezes, de quem está lá analisando, tem a sua interpretação, parece que não tem um padrão, porque é muito legal a gente ver as coisas no papel, e eu acho que é interessante, sim, esse material, parabênizo vocês pela iniciativa, mas este momento é um momento de fala, e eu acho que essa documentação toda tem que ser passada inclusive para quem hoje está analisando esse processo. Porque, cada um que analisa, analisa de uma forma, pelo menos é o que a minha instituição vivenciou. E eu não passei só por agora, só por esse termo de fomento, eu tenho vários termos de fomentos que a instituição já passou. Em quase todos eles, foram as mesmas coisas.

**PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB):** Obrigado, Dona Fátima. A próxima, Dona Eva, por favor.

**SRA. EVA TEREZINHA DOS SANTOS:** Oi, sou Eva, da Sociedade Espírita Maria de Nazaré. Nós estamos aqui para tentar, juntos, ver onde estão os problemas e encontrar as soluções, e nós temos que ter essa oportunidade de expressar o que nós estamos vendo, porque são visões diferentes. No início, foi falado que têm muitos projetos que não estão atendendo as políticas públicas do idoso, que o projeto não seria adequado, mas um projeto, quando começa a ser analisado e começa a ser feito, ele tem objetivo geral, objetivos específicos, justificativa e tudo muito bem analisado, documentado. O projeto já está bem detalhado para que ele veio. Agora, o que acontece? Se o projeto já passou por todas as etapas e foi adequado, nós estamos falando de projetos que já foram aprovados, já está tudo certinho, como o edital, que foram várias entidades que participaram, tiveram entidades grandes que não conseguiram fazer, porque era bem trabalhoso. Nós estamos lá com o projeto, fizemos todos os calendários, ficamos adequados para receber. A previsão era em 15 de julho. Por que o projeto foi todo adequado e até agora não chegou o dinheiro? Então, nós temos que ver as causas das coisas e destravar, como o Simões estava falando. Se é o problema de funcionários que saíram, houve muito rodízio, temos que ver isso aí, porque não é possível.

Nós temos, como a Ana falou, exigência do PPCI, do Ministério Público, várias coisas. Nós temos um projeto que nós entramos em fevereiro, um plano de aplicação em fevereiro, R\$ 169 mil para pagar quatro folhas de pagamento. Tendo o valor para quatro folhas, nós teríamos um pouquinho de respiro para fazer uma rampa adequada lá dentro, porque o PPCI está nos cobrando até dezembro. Nós tínhamos esperança de poder respirar para conseguir pagar duas folhas e fazer um fundo, um pouquinho, para fazer essa rampa. Vai chegar dezembro e nós vamos colocar: olha, não fizemos a rampa ainda, porque o SMDS segurou o dinheiro o ano todo lá.

Então, nós temos que ver onde é que estão os problemas, quem está na ponta da linha. Como a Ana falou, quem não conhece a ILPI, vá lá ver, vão ver a realidade, sair dos escritórios e verificar o que está acontecendo. Nós temos que, juntos, levantar os problemas e encontrar as soluções. Vamos batalhar nisso aí, gente. Vamos destravar. Obrigada.

**PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB):** Muito obrigado, Dona Eva. Agora a Dona Eleonora.

**SRA. ELEONORA SPINATO:** Bom, não vou me estender, porque eu quero dar mais tempo para as OSCs e para a SPAAN poder falar, mas eu acho que é importante registrar aqui, principalmente para as gurias que estão aqui da SMDS, que jamais as OSCs aqui quiseram burlar alguma coisa ou não cumprir a lei. Muito pelo contrário, nós prezamos muito por esse aspecto legal. O que nós queremos é celeridade nos projetos, eu acho que é isso que é importante, porque eles ficam parados mesmo. Têm os editais, vereadores, que foram apostilados três, quatro vezes. Apostilado é porque saiu algum erro no termo de colaboração e foram feitos três, quatro vezes. Cada vez que é feito um novo apostilamento, são dez dias, e assim vai indo. Então, não é possível que as OSCs façam o planejamento e que levem oito meses para receber. Captados ou de editais, é inadmissível que esse recurso... A OSC se programa para isso, não dá para a gente generalizar que têm vários problemas nas OSCs, não é isso.

Também, uma coisa que a gente precisa solicitar é que os apontamentos sejam feitos todos de uma vez. Quando tu vais analisar o projeto, apontas que isso e isso tem que ser reformulado. O que acontece geralmente? Vai um apontamento, precisa disso, daí volta o projeto. Daqui uns dias, outro apontamento, falta mais isso. Daqui a pouco, outro apontamento. É isso o que acontece com as OSCs, não estou falando nada irreal.

Então, é importante que tenha celeridade, não é nada ilegal, nós não queremos nada ilegal, queremos cumprir, sim, a legislação, mas é inadmissível esse tempo de oito meses para liberar um recurso que a OSC captou, que é da OSC, sim, e

que o Comui também tem que ter acesso a tudo isso, porque o Comui é gestor, é gestor junto com a SMS. Então, por mais que, às vezes, tenha entendimento diferente, que o recurso não é da OSC, não, a OSC que foi lá buscar o recurso, foi lá buscar para os seus projetos, para cumprir muitas vezes alguma coisa que o poder público não cumpre. Porque vocês já pensaram se todas essas instituições, principalmente as ILPIs, não recebessem esse recurso do fundo. O poder público não aporta, apesar de estar na lei que ele teria que aportar recurso também, não é só das doações, das destinações dos CNPJs ou dos CPFs. O poder público tinha que aportar recurso, está em lei, mas não aporta. E isso é uma coisa boa até para os senhores, esta Casa procurar isso e fazer com que eles cumpram também essa lei.

E a outra coisa que eu acho que é importante, que nós estamos discutindo muito e cada vez mais, é a questão do fundo e repasse dos recursos. Claro que isso é importante, mas nós não podemos esquecer, e é uma solicitação nossa aqui, para esta Casa que legisla, que é tão importante nas políticas, que a gente discuta numa sessão políticas públicas para o idoso desta cidade. O que está sendo feito? O que está sendo construído? Que projetos de lei são construídos eficazes para os idosos de Porto Alegre? Você sabe que nós perdemos várias conquistas. O idoso perdeu várias conquistas, inclusive com a participação desta Casa, vide o passe de 60 a 64. Foi com o apoio desta Casa que foi perdido, e isso...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**SRA. ELEONORA SPINATO:** É, mas foi aqui que foi legitimada essa aberração que foi feita, pois se eles tivessem acesso ao passe de 60 a 64, eles iriam demorar muito mais para chegar num nível de dependência III, porque vinha ao encontro da prevenção que o secretário Vinícius fala. E isso que é importante fazermos. Então, eu proponho que esta Casa, também conosco, aqui, com a Prefeitura, porque nós não somos recebidas pelo prefeito, que nós consigamos discutir políticas para a cidade. Não adianta dizer que nós temos 23,2% de

idosos na cidade, que significa 344 mil idosos, se o Município não apresenta políticas. Então, acho que isso que é importante discutir. Obrigada.

**PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB):** Muito obrigado, Sra. Eleonora. Passamos a palavra ao Sr. Ruy.

**SR. RUY PEDRO BARATZ RIBEIRO:** Boa tarde, senhores vereadores, componentes da Mesa e demais participantes. Sou vice-presidente do Comui e represento no Comui a entidade Lar da Amizade, que fica no bairro Cavalhada. Gostaria de falar algumas coisas, mas o tempo é exíguo. De qualquer maneira, eu quero reportar dois aspectos que foram colocados aqui: citar o exemplo que o Carlos Simões nos trouxe das alternativas conseguidas em outros lugares, quando não dá de uma forma, a gente faz de outra; e falar sobre o que o Ver. Pedro Ruas comentou no início, a verdade. A verdade deixa de ser verdade quando a gente perde a essência e passa a trabalhar com o detalhe, se extingue porque a fixação é tal no detalhe de fazer e se perde o atendimento. Então, onde é que está a verdade, se não está na essência? E aí, eu acho que vem a questão de todas as coisas. Eu desejo que a Rochele seja feliz e encontre uma solução para ela atender a essência. A lei tem que ser cumprida, você tem que fazer exigências, mas nós não podemos ficar eternamente esperando que as coisas se resolvam. Então, eu queria deixar isso como mensagem, entende? Porque realmente, o trabalho de vocês está ótimo, mas ele é eficaz? Ele tem se mostrado eficaz para nós? Veja bem, é a minha segunda participação como conselheiro no Comui. Já estive aqui uma outra ocasião, anos atrás. E posso dizer para vocês que, tanto numa composição quanto na outra, eu encontrei pessoas altamente capacitadas para decidirem sobre as coisas que dizem respeito à pessoa idosa. E todos os projetos que eu tive a oportunidade de participar foram atendidos exatamente como devem ser feitos. Os projetos, Rochele, têm início, meio e fim. Isso é projeto, sim, por definição acadêmica, não precisa nem estar na lei. E os projetos que são aprovados no Comui saem de lá com plano de ação e com plano de aplicação. Não sai projeto sem isso. Agora, pode ser que vocês

estejam trabalhando em cima de um outro detalhe que a gente não conhece; mas ali tem prazo, tem parcelas que são cumpridas quando devem ser cumpridas. Mas vocês vejam que o Simões nos traz um exemplo de Belo Horizonte, quer dizer, recebe o total, faz a aplicação e a demonstração da justificativa. Então, vejam bem, eu acho que quando não foi atendida a questão da essência, vieram situações de desconforto exatamente para quem mais precisa, uma entidade que se dedica a atender os idosos e que faz o trabalho no sentido de que aquelas pessoas tenham uma vivência melhor e possam continuar um processo de vida com dignidade. Essa é a essência da coisa, e é sobre isso que eu acho que nós temos que falar, e é sobre isso que nós temos que agir, e é sobre isso que nós temos que nos unir. Muito obrigado. (Palmas.)

**PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB):** Muito obrigado, Sr. Ruy por esse belo discurso. Passando a palavra para a Sra. Roselaine.

**SRA. ROSELAINÉ SANTOS AGUIRRE:** Boa tarde a todos e a todas. Sou Roselaine Aguirre, represento aqui todas as Organizações da Sociedade Civil – OSCs, sou coordenadora do Foro das Entidades e também a Sociedade Porto-Alegrense de Auxílio aos Necessitados – SPAAN, onde eu trabalho como assistente social e gerência técnica da nossa instituição.

Penso que toda apresentação hoje aqui é viável, é importante a apresentação e trabalhar com a transparência e com a legislação. Penso que governo e sociedade civil têm que andar de mãos dadas, porque o nosso objetivo é o idoso e garantir direitos. Não adianta disputar poderes ou beleza aqui, no meu ponto de vista. Como sociedade civil representando todas as OSCs, acho que a gente tem que dar as mãos e trabalhar juntos. Entendo todas as OSCs, e também falo em nome da nossa instituição SPAAN, não é fácil trabalhar em uma Instituição de Longa Permanência para Idosos – ILPI, onde trabalhamos com risco e necessidade de idosos de vulnerabilidade social, como várias OSCs aqui presentes, como a própria Dona Ana falou do Lar de Nazaré. Entendo a revolta, e o que ela traz é importante, de não ter dinheiro para pagar. A SPAAN eu sei

que é a que mais capta, uma das que fazem captação de recursos dentro do fundo, e, mesmo assim, nós estamos sem dinheiro para pagar também. Então a gente está há mais de 10 meses... Já falamos com a Rochele, ela já recebeu a diretoria, mas, assim, isso é complicado. Rochele, vereadores e representantes do governo, nós trabalhamos com risco, não só a SPAAN, como as outras entidades, outras OSCs, trabalhamos com grau III de dependência, 70% de grau III dependem do cuidado da enfermagem, da saúde, e a saúde não reconhece a política de assistência social.

Como tem uma briga aqui, sociedade civil e governo, há uma briga também, que eu estou discutindo com a FASC, sobre a questão toda, que a saúde é assistência social, têm que dar os braços e as mãos, mas não estão dando, e nós temos que garantir direitos do idoso. Cadê o estatuto e a política da pessoa idosa? Isso é sério.

Hoje eu tive que falar, eu estava no pleno, tive que sair e deixar uma reunião com o presidente da SPAAN. Ele está indo atrás de dinheiro, porque nós não temos dinheiro para pagar a folha desse mês, do adiantamento. Hoje todos os funcionários me perguntaram, como gerência técnica: "Rose, cadê salário?" Aí eu tive que pedir para eles colaboração, porque eu não posso negligenciar o atendimento da pessoa idosa. Talvez amanhã eles não irão trabalhar. O que a SPAAN vai fazer para atender 123 moradores, entre grau I, II e III? Pedi a colaboração de todos hoje, de educadores, de enfermeiros, de toda a equipe técnica da nossa instituição, do pessoal que faz a limpeza do pátio, que é necessário, da higienização, do pessoal que faz a comida. Se eles não forem trabalhar amanhã, vai ter negligência e, com certeza, essa negligência, sendo a SPAAN referência do Município de Porto Alegre, vão bater na nossa porta, porque a SPAAN negligenciou o atendimento.

Então eu falo em nome de todas as OSCs, acho que nós temos que repensar. Tem prestação para receber. Eu acho que nós temos que repensar essa questão. Eu sei que tem a lei, como assistente social, eu sei toda legislação possível, entendo, mas temos que ver. A continuidade dos projetos a SPAAN, hoje, dentro do Comui, toda folha de pagamento da nossa casa está na folha do

Comui. Nós temos parceria com a FASC, mas essa parceria, hoje, não paga a nossa folha de pagamento. E aí, a SPAAN vai negligenciar o atendimento? Isso é culpa da instituição, do governo, de quem é culpa? Nós temos que se abraçar junto e pensar: são 123 moradores em risco e vulnerabilidade social. E, talvez, haja, aqui presentes, demais OSCs na mesma situação. Então, eu faço esse apelo, que nós temos que repensar politicamente a questão da pessoa idosa. Como nos trouxe a fala aqui da Leonora, o Comui não é só pensar recurso público que necessita, mas trabalhar políticas públicas. Eu acho que temos que repensar isso, enquanto sociedade e governo. Muito obrigada.

**PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB):** Muito obrigado, Rose.

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** É assustador não poder pagar nem os servidores.

**PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB):** É uma realidade. Quero fazer o registro da presença do nosso querido vereador, Prof. Alex Fraga. Finalizando, então, até pelo adiantado da hora, passamos ao encerramento com as respostas gerais dos questionamentos que foram apontados aqui. Deixando claro também que, como foi aberta essa possibilidade, conforme encaminhamento dado aqui, vereadores, para que, no plenário, vocês possam qualificar e possam estar debatendo em detalhes, enfim, em uma, duas ou três rodadas, para que vocês consigam sentar e esclarecer essa apresentação que seria feita hoje. Como é uma apresentação muito detalhada, com artigos, que eu acho que os artigos têm que ser postos, porque são baseados em leis, e têm que ser colocados até para conhecimento, mas tem que ser de uma forma mais detalhada, com mais calma. Não serão em 2 horas aqui que a gente vai conseguir fazer esclarecimento. Conforme teve ali o entendimento, tanto da parte do Comui quanto do governo, de fazer esse novo encontro dessa forma mais detalhada e mais ampla, para poder qualificar ainda mais esses esclarecimentos. A Sra. Jeniffer Siqueira está com a palavra.

**SRA. JENIFFER SIQUEIRA:** Eu só quero responder aos questionamentos que foram feitos aqui, vou começar pela questão dos estudos de outros estados e de outros fundos. A gente já fez essa pesquisa, e o fundo daqui de Porto Alegre tem a peculiaridade da concentração do recurso, 70% do valor que tem no fundo, ele é concentrado em 15% das entidades. Como ele é destinado a projeto específico, a gente não tem como trabalhar com a dinâmica dos outros estados, que fazem um edital e distribuem igualmente o valor entre as entidades cadastradas. Aqui o fundo não funciona assim: poucas entidades captam muito, como a Rochele falou, por isso a gente ainda não conseguiu encontrar a solução para essa questão de distribuir mais recursos.

A questão da Eleonora, a gente sabe que ninguém quer andar fora da lei, ninguém quer burlar, por isso que a gente trabalha tanto e insiste tanto, com vários pareceres – pessoal, corrijam isso, corrijam aquilo –, e a gente tenta instruir da melhor forma possível, então, a morosidade é por isso também.

A questão de a gente andar juntos, eu acho que foi a minha primeira fala, na primeira reunião. A proposta era a gente trabalhar juntos para encontrar soluções e passar isso para todas as entidades. Eu acho que isso já foi visto, eu já falei com a Rochele, que a gente tem que trabalhar juntos, o técnico e quem executa o serviço, porque, conversando, a gente consegue solucionar de maneira mais rápida.

A questão da fala da Anete, a gente conversou; claro, quando nos foi mandado *e-mail*, a gente respondeu um dia depois, aí a gente teve que parar as outras análises que a gente estava fazendo, aí, no caso, eu vou ter que atrasar as outras, para poder responder um apontamento; então, isso atrasa também. É isso que a gente quer trazer, no momento que vem alguém e fura a fila, alguém vai ficar atrasado na análise. Então, se a gente... Porque já tinha sido dado nesse caso um parecer técnico que os cargos não estavam previstos no projeto, que tinham contrato com uma assinatura colada, que era, por acaso, o contrato da Anete também. Então, a gente já tinha feito um parecer, a gente já tinha pedido correções, era uma segunda análise que a gente teve que fazer – aí o processo começa do zero, porque aí muda tudo. E a gente tem que furar a fila para

responder o *e-mail*; aí acaba atrasando das outras entidades também. Claro, a gente entende que demora, mas não é furar a fila, mas responder, porque a gente responde, a gente não consegue dar o parecer inteiro no *e-mail*, mas a foi respondido em um dia, não foi, Anete? Foi isso que tu falaste, não é?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**SRA. JENIFFER SIQUEIRA:** Parado não, ele estava sendo reanalisado, porque foram mandados todos os documentos de novo, documentos de cargos que não estavam no projeto. Então, tudo isso a gente tem como discutir detalhadamente, mas não é o caso. Eu só queria dar essa resposta, falar que a gente já está trabalhando, não é Rochele, com as melhorias e as mudanças que foram propostas aqui na apresentação, que a gente não conseguiu fazer mas, enfim, qualquer dúvida também a gente está aberto a receber todas as entidades, a gente já recebeu muitas delas, mas que a gente está trabalhando, a gente sabe que ninguém quer burlar a lei, a gente sabe e a gente trabalha para resolver; todo mundo que foi respondido por *e-mail* sabe que a gente está dando as respostas que são procuradas, inclusive a gente está trabalhando com a divulgação melhor assim do que a gente pede. Por que que a gente fala que... Não é só mandar o estatuto, é mandar o estatuto com tudo que precisa dentro do estatuto; claro, a minha fala é bem mais técnica do que política, mas é o que faz o processo andar. Então, se a resposta é que querem que o processo ande mais rápido, tem que ler o manual, fazer o trabalho cumprido, que é pegar esses manuais...

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Só uma consideração, Jeniffer, e a situação da Roselaine com a SPAAN, como vai ficar? Tem alguma perspectiva?

**SRA. JENIFFER SIQUEIRA:** Se é sobre o recurso do termo de parceria do fundo, o prévio empenho já está sendo encaminhado para controladoria.

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Isso....

**SRA. JENIFFER SIQUEIRA:** Significa que a gente precisa da análise da controladoria.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Eu sugiro, assim, claro, já que estamos aqui, surgiu essa situação que eu não conheço.

**PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB):** Cada caso é um caso, não é, vereador?

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Eu anotei aquela frase, Ruy, “A essência é a verdade”. Anotei aqui, gostei, mas o caso da Roselaine é um caso bom, é um caso que surgiu, surgiu, e amanhã... E aí, como é que faz? Não, queria sugerir que, se desse uma...Se possível!

**SR. CARLOS SIMÕES:** Se o senhor permite, Ver. Pedro Ruas, grupo de vereadores e presidente do Comui, acho que, presidente Marcelo, sim, a gente gostaria de ter o apoio de vocês e um comunicado aqui da CEDECONDH à CGM, reivindicando uma brevidade e velocidade compatível com o atendimento à pessoa idosa. Ou é prioridade ou não é? Aqui tem um ex-procurador à mesa. Se já tiveram pareceres de procurador municipal setorial, se já teve análise dos técnicos, da Rochele, da Jeniffer e todo quadro técnico da SMDS, se já teve validação do conselho da pessoa idosa, se os idosos... Os 160 idosos estão lá, de verdade; então, se já cumpriu tudo, e a Procuradoria-Geral do Município – PGM – o Ruy conhece, trabalhou ali por anos – já deu validação, a CGM tem que... Tem que ser instantâneo; então, a gente pede o seu apoio, do presidente Marcelo, aqui da CEDECONDH, do Ver. Alex, do Ver. Cassiá, que teve que se retirar, porque tem que ser... Não pode ser 15 dias, tem que ser para ontem.

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** E já tem esse apoio, ou seja...

**SR. CARLOS SIMÕES:** Mas se puder...

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Pediu, estou dizendo sim, até porque o presidente Marcelo fez o sinal aqui também; por óbvio, quem fala pela comissão é o presidente, eu apenas integro a comissão, mas sei que isso aí está ao nosso alcance, e devemos fazer, podemos e vamos.

**SR. CARLOS SIMÕES:** E, como Comui, assim, pedir um apoio para o nosso conselheiro Vinicius, que é secretário, naquela reunião semanal com o prefeito, os secretários, os adjuntos, o conselheiro Vinicius também pode reivindicar para o prefeito e para os secretários, o secretário da controladoria vai estar lá também, que isso possa ser revisto; isso é abreviar fluxos, isso é abreviar prazos, isso é levar a sério a política da pessoa idosa, ou é como a Roselaine colocou aqui agora, é sofrer por não conseguir pagar as pessoas.

**SRA. ROSELAINE SANTOS AGUIRRE:** (Início do pronunciamento fora do microfone. Inaudível.) ... do médico, do enfermeiro 70% precisa do atendimento da saúde. Se amanhã alguém faltar, vai ter negligência no atendimento Eu pedi, pelo amor de Deus, para eles não faltarem amanhã. A SPAAN está pedindo, o presidente está tentando conseguir empréstimo no banco, o presidente da SPAAN; isso é bem sério, no meu ponto de vista, porque, assim, no momento em que uma equipe de saúde deixa de vir, de atender. Sim, a Nazaré também, falei em nome de todas; então, trago essa questão, hoje eu tinha que sair da plenária, avisei a presidente... Sim, a Acelb, o Lar da Amizade, o Gustavo... As colegas assistentes sociais me ligam, que são responsáveis técnicas por lá, pedindo ajuda, enquanto fórum, enquanto conselheiro do Comui. Então, assim, isso é grave; atendemos idosos onde a saúde teria que dar conta, uma política de saúde, onde a política de assistência está dando conta, que a saúde não dá, em grau três de dependência; precisamos rever isso, vereadores; a saúde tem que andar junto com a política de assistência social.

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Quero dar que é mais um para ti Roselaine, para o Ruy, enfim, para Ana Beatriz, que falou tão bem lá do fundo, para Anna Fonseca, e pessoal do governo, nenhum projeto, vejam só, nenhum projeto que veio do Executivo, pedindo servidores em caráter temporário para uma função emergencial, nenhum, nenhum, nenhum foi rejeito. Então, se está precisando de gente, e o governo mandar um projeto amanhã, ele será aprovado, inclusive pela oposição; não precisaria da oposição para ser aprovado, tem 26 votos do governo, contra 10 da oposição, mas a oposição vota, não é Alex?

**PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB):** Com a Defesa Civil foi assim.

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Todos são assim. Então é importante que a Rochele saiba também que se está faltando servidor tem os vereadores lá da CEDECONDH que disseram que aprovam, e aprova aqui, nunca foi rejeitado, em três anos, é só dizer. Agora, nas emergências climáticas, vários, toda hora tem isso. Agora, para o idoso, não tem? Mas se há um gargalo, vejam bem, eu estou partindo aqui da boa-fé da Ana Beatriz e da boa-fé dos servidores, eu não tenho porque dizer que não há, há boa-fé. Estão dizendo, corretamente, que faltam pessoas. Bem, então vamos colocar essas pessoas. O governo manda o pedido e a Câmara aprova o pedido e acabou, contratou emergencialmente. É assim que funciona. Funciona em tudo, porque não vai funcionar para o idoso. Tem que pedir, porque não houve nenhuma recusa em três anos, e nem haverá, eu garanto que não haverá. Pode cobrar aqui depois, vem todo mundo cobrar. Nós votamos. Não precisaria da oposição e tem. Então, entendam que isso aí, secretário, nós estamos, e a obrigação é concluir alguma coisa, nós estamos concluindo que há um gargalo não intencional, mas esse gargalo tem que ser superado, tem que ser superado. As pessoas amanhã estarão trabalhando sem salário, como tem lá no Espírita também.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Nunca houve. Nunca houve, Ruy, nunca houve, e o Rui sabe, porque foi procurador. Nunca houve.

**PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB):** Obrigado, Ver. Pedro Ruas. Até por essa situação, pelo adiantado da hora, para encerrar então. A Dona Neli está com a palavra e depois finalizando com a Rochele.

**SRA. NELI MIOTTO:** A Rochele fala rápido demais e leva um tempo para processar a informação. Primeiro, agradecer à Casa, agradecer à SMDS por estar aqui, mas principalmente agradecer as entidades por trazerem as suas realidades para conhecimento desta Casa. Isso é extremamente importante. É importante para que a gente consolide um caminhar de forma coletiva. Gostaria muito de dizer que a gente precisa pensar em capacitações e reforçar isso, e se o Comui tiver que apresentar um projeto, hoje a gente encaminhou a definição de recursos na LDO, já está com o Luiz Paulo, enfim, o Luiz Henrique, e prevê plano de capacitação com recursos do fundo de reserva, para que a gente possa realmente capacitar as entidades. Sim, precisamos, primeiro, saber quanto temos no fundo de reserva, prestação de contas né, precisamos disso. Nós precisamos pensar em novos editais e precisamos que o governo tenha sensibilidade para liberação desses editais, inclusive o das impressões que está parado. Hoje, o Comui possui 38 cartas de captação de projetos, vereadores, 38 projetos estão em captação de 19 entidades, estão no *site*, aptos a captarem recursos, inclusive desta Casa, destas pessoas físicas que aqui se fazem presentes... para serem distribuídos os recursos em editais públicos, que é a forma mais democrática de destinação de recursos, mas também gostaria de frisar, conforme foi colocado em lei federal, que nós temos projetos, sim, que visam à destinação de recursos diretamente aos seus projetos, o restante da captação, os 5% que ficam no fundo, são feitos os editais públicos, mas existe uma lei federal que embasa, e, até, Simões, eu gostaria de que tu me lembrasse

da lei federal que destina recursos diretamente, o aporte de doações diretamente ao projeto, tu citasse ela na penúltima plenária.

**SR. CARLOS SIMÕES:** O Conselheiro Marcelo Bernardi foi conselheiro tutelar por muitos anos e ele viu nascer em Porto Alegre, então a nossa defesa da possibilidade sim do destinador pessoa física e jurídica escolher a instituição no conselho da criança o Funcriança. Simultaneamente, o Comui, que tem a colega Maria da Graça, da FASC, que é partícipe do início deste conselho em 2000 e depois do fundo na primeira quinzena agora dos últimos anos aí, quando a gente cria o fundo do idoso a gente também já faz igual ao CMDCA-Funcriança. Então agora o governo federal já chancelou para o Brasil, todo conselho da criança pode sim escolher a sua instituição para receber o recurso, e nós estamos esperando, porque nunca foi um erro de Porto Alegre, Porto Alegre sempre esteve certa, esteve na vanguarda na área da criança e na área da pessoa idosa. Então é pedir o apoio para o Conselheiro Marcelo, para que na câmara estadual e federal rapidamente isso também possa ser chancelado, para que todas as organizações sociais possam ter a confirmação. Se o projeto da Nazaré é bom, e a sociedade quer destinar para ele, que destine, ou se é SPAAN, ou se é do Clube de Mães Amizade... Hoje, se faz, em Porto Alegre, mas somos nós em Porto Alegre, nós, e nós esperamos que isso possa ter rapidamente uma chancela federal para que isso seja lei no País, porque, assim, não é porque dizem que não pode que não faremos. Nós vamos continuar fazendo...

**SRA. NELI MIOTTO:** Obrigada, Simões. E isso é uma coisa que a gente precisa discutir, Rochele. E ainda gostaria de dizer, um aparte ao secretário Vinícius com relação às plenárias do Comui. As duas últimas plenárias foram bem tensas, concordo, as duas últimas, as demais a gente nunca teve problemas. Ok? Certo, isso? Me confirme. Me confirmem os demais conselheiros.

(Manifestações fora do microfone. Inaudíveis.)

**SRA. NELI MIOTTO:** Perfeito. Perfeito. Eu só gostaria que os conselheiros pensassem no que provocou estas tensões. O quê? Como isso foi provocado? Só isso. Agradeço a todos e me despeço aqui. Muito obrigada. (Palmas.)

**PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB):** Muito obrigado, então. Agradeço por todos aqui nessa tarde de hoje, tanto da parte das OSCs, das entidades, do Comui, aos vereadores que ficaram aqui até o adiantar da hora, como sempre. Para finalizar, a Rochele está com a palavra...

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Essa do Marcelo foi terrível. Você vê que a Rochele estava desesperada ali, abanando os braços, pulando na cadeira, e ele nem bola e vai encerrando, e ela ali quase morrendo. Uma vez, a rapaziada do PSOL, Alex, há muitos anos, há uns 18 anos. Estavam lá e se excederam em alguma coisa, no protesto da tarifa; foram todos presos. Foram nove presos, e eu era o único advogado e fui lá tirá-los. E tinha uma grande amiga minha, a Ana Campo Minado, lembra dela? E eu fui tirando lá, o pessoal assinando os termos, abrindo a algema e tirando; eu era o responsável. E eu fui deixando a Ana para o final – minha amiga – e eu fingia que não a via. Tirei oito, eram nove, e ela algemada. Eu cheguei, então, para o capitão e disse: “Capitão, então, muito obrigado, estamos muito felizes”. E ela disse: “Ruas, eu estou aqui, Ruas”. E eu digo: “Ah, tem mais uma ali”. Então a Rochele agora me lembrou o caso.

**SRA. ROCHELE SCOTT MARINHO NEVES:** Ainda bem que eu não estou algemada, não é, vereador? Pelo menos, ainda não estou algemada. Bom, Neli, sobre a situação que questionaste da destinação direta. De fato, o que existia e existia mesmo, até está aqui a lei que altera, foi em 03 de outubro de 2023. Então ela é de agora, e isso aconteceu direto, na verdade, com a Resolução nº 137 do Conanda. Então, de fato, nós estávamos, sim, ilegais, porque o que é a decisão? Foi uma ação do Ministério Público que diz que dois dispositivos da Resolução nº 137 do Conanda...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**SRA. ROCHELE SCOTT MARINHO NEVES:** Vamos lá, gente, só um pouquinho. Eu entendo... e aí eu volto a dizer, até eu falei isso, Carlos, na reunião na Prefeitura. Não é a minha posição individual sobre o que eu acho sobre as coisas, se eu acho bom ou ruim, eu estou dizendo que existia uma decisão judicial que dizia que não poderia se cumprir aqueles dois dispositivos resolução do Conanda. Logo, nós não estávamos legais, que a gente precisava regulamentar. Isso foi regulamentado. Que bom, eu disse: “Menos um problema, isso está resolvido”. Então isso acho que é vencido.

Nós tivemos uma reunião logo que eu entrei nos Fundos, e tem pelo menos uns três apontamentos – desculpa que está todo riscado, porque eu sou bem analógica, não muito digital. Desses três apontamentos das demandas do Comui eu quero dizer que o Fundos, pelo menos 80%, já deu conta. Isso quer dizer que, sim, evoluímos. Agora deram umas respostas que a gente ficou pendente que eu acho importante, a algumas que eu...

**PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB):** Só para descontrair, eu estava comentando com o Ruas, e ela não respira mesmo para falar, Rose?

**SRA. ROCHELE SCOTT MARINHO NEVES:** Mas, de fato, quem trabalha nos Fundos respira pouco, vou dizer para vocês. E até para não poder atrasar mais, eu estou tentando dar as respostas de uma forma mais rápida.

O pessoal questiona, e eu sei que isso foi falado em plenária e agora há pouco foi falado. Quando alguém questiona a gente: “Ah, o processo andou agora que eu falei”. O que acontece? No exato momento em que alguém está falando conosco sobre um processo, a gente abre aquele processo e está olhando. Já que a gente abriu, o que a gente faz? Já toca. Então é muito natural, quando alguém está tratando conosco de um processo, a gente está olhando-o, já está mexendo nele. Se ele estava numa ordem para ser analisado e, se não depender de uma análise, mas só de um despacho, às vezes, a gente já tenta acelerar

enquanto a gente está conversando. Então isso acontece, a gente poderá não fazer, mas a gente entende que isso é uma forma de agilizar.

Fátima, a resposta que veio sobre a tua instituição, de fato, nós atendemos diversas vezes, e a tua instituição fez mais de uma vez o mesmo questionamento à Procuradoria. A procuradoria respondeu mais de uma vez. Então tu podes discordar da resposta da Procuradoria, mas foi a orientação da Procuradoria, na época, sobre o mesmo assunto mais uma vez, o que nos causa...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**SRA. ROCHELE SCOTT MARINHO NEVES:** Vamos lá. Olha só, eu escutei com atenção e respeito a todos, eu espero a mesmíssima coisa.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**SRA. ROCHELE SCOTT MARINHO NEVES:** Não, depois eu acho que tu podes falar, eu não sei. Mas eu preciso trazer isso, eu preciso só trazer que, de fato, teve esse questionamento à Procuradoria. Sim, existe esse questionamento de atrasados, e o que que é atrasado, do ponto de vista, que a gente entende, da morosidade, e aqui eu concordo com a morosidade. Morosidade e atraso são coisa diferentes; o atraso inicia a partir da pactuação do recurso, a partir da assinatura do termo, antes disso não é atraso é morosidade. Então não, há do ponto de vista do procurador, a possibilidade de reaver recursos que passaram, recursos anteriores que a instituição gastou, se ela nem assinou o termo ainda. É essa a orientação.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**SRA. ROCHELE SCOTT MARINHO NEVES:** Bom, só um pouquinho. Eu vou pedir que resguarde a minha fala porque eu respeitei todas as falas, Presidente,

senão, não tem mais porque a SMDS participar se ela sempre vai ser desrespeitada.

**PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB):** Por favor.

**SRA. ROCHELE SCOTT MARINHO NEVES:** Obrigada. Da mesma forma que eu já tinha explicado, e eu acho que é por isso que essa apresentação é tão densa, e é por isso que a gente vem fazer essa discussão, que quem dá conta ou quem vai dar conta desse recurso quando fica parado, a gente precisa explicar que os Fundos estão numa legislação que não atende a necessidade dos Fundos e nós concordamos com isso. Nós estamos buscando forma de tentar resolver; porém, é uma legislação federal então nem tudo a gente consegue dar conta, tem coisas que a gente vai conseguir, tem coisas que a gente não vai conseguir. E é por esse motivo que se entende que esse tipo de projeto... a gente lamenta e não pensa gosta ou se sente bem, quando acontece uma situação como está acontecendo com a SPAAN e como acontece com outras instituições, nós nos solidarizamos com essa situação. Acontece que é o que a gente fala sempre: "Não era para um fundo de projeto dar conta de um trabalho continuado, ponto". Não estou discutindo aqui... Eu sei das situações que vocês precisam do recurso e acaba dando, mas não era para o Fundo ser o local de captação de recurso para um projeto continuado, teria que ter uma outra política para isso.

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Será que daria para acelerar?

**SRA. ROCHELE SCOTT MARINHO NEVES:** Mas, o senhor compreende, vereador, que o senhor vai pedir para acelerar um pagamento da instituição, isso não vai resolver o problema da instituição, não é, Rose? Isso é um problema que, se resolver, vai resolver pontualmente.

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Mas vai amanhã.

**SRA. ROCHELE SCOTT MARINHO NEVES:** Não, o que eu estou querendo dizer para o senhor... Para resolver, eu estou trazendo uma resolução definitiva da situação. A gente pode resolver hoje o problema da SPAM, e amanhã a gente vai ter o problema da instituição A, B e C, se a gente não tiver uma resolução mais definitiva para a situação desses projetos continuados. É nessa linha.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**SRA. ROCHELE SCOTT MARINHO NEVES:** É nessa situação, só que eu estou pontuando que a gente entende que isso é grave. Só para seguir, eu não me lembro agora qual foi, acho que também foi a Fátima que falou da questão da padronização. Eu não consegui apresentar, mas vai ser apresentada. Nós já estamos, em toda quase todas as áreas, estabelecendo os manuais, que é o manual de padronização, que infelizmente não deu para apresentar aqui. Tem os *links* dos manuais de padronização para qualquer servidor, que entre, possa ter. Agora, obviamente que, às vezes, pode ser que tenha algum entendimento de alguém tenha e vai questionar isso, mas o manual vai estar lá e vai ser disponibilizado depois também, como já é hoje o manual da prestação de contas, que é disponibilizado para as instituições.

Seguindo sobre a questão do recurso da OSC, que me permita, Leonor, discordar mais uma vez. Recurso não é da instituição, o recurso é público. Porque ele só passa a ser da instituição, se o destinador resolvesse doar direto. Como ele resolve fazer através de um fundo público, ele passa a ser um recurso público. Ainda que captado pela instituição, ele é captado um recurso público para a execução de um projeto pelo qual o destinador foi lá e resolveu, porque entendeu que era o mais pertinente. Isso não torna o recurso da instituição, isso se torna um recurso público destinado a um projeto que será executado com a instituição, e isso precisa ficar claro, porque, às vezes, a gente fica numa discussão quase conceitual do recurso. Ele seria privado se o destinador fosse lá na instituição e escolhesse doar direto para a conta; quando ele coloca num fundo público ele acaba se submetendo ao regramento público.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**SRA. ROCHELE SCOTT MARINHO NEVES:** É que acontece um pouco dessa discussão, pode ser maneira de falar, mas é conceitual – não é, vereador?

Não sei se foste tu que falaste sobre isso, que o poder público não aporta; eu concordo contigo, talvez o valor não seja o adequado, eu acho que não me cabe essa discussão aqui, porque é uma discussão muito maior com o poder público, e aí eu concordo contigo que essa é uma discussão que tem que ser feita no centro de governo, a gente faz com todo mundo, somos parceiros para isso – não é nesse sentido –, mas há, sim, investimento. Eu sou oriunda da FASC, fiquei lá muitos anos, e há investimento do poder público, sim, nesse público. Talvez ainda o valor seja pequeno, mas há investimento, então há aporte público. Por fim, eu queria só dizer que a gente vai estar na plenária, como a gente tinha conversado, a Anete disse, Neli, nós conversamos na executiva, íamos apresentar na plenária, essa é uma apresentação que não é só aqui na comissão, a gente vem fazendo e vem trabalhando insistentemente nela para ela ser uma construção, quero convidar todo mundo para falar, dar pitaco, assim a gente consegue construir, é essa a proposta, porém algumas coisas a gente vai dizer, e eu vou dizer em nome da Unidade de Administração de Fundos: nós não aceitaremos e não ficaremos...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**SRA. ROCHELE SCOTT MARINHO NEVES:** A gente tinha previsão de fazer no Comui, mas a gente pode construir depois se a gente faz no fórum.

**SR. CARLOS SIMÕES:** O fórum tem mais de 80 instituições, e o Comui só tem 10. Então, por melhor que os conselheiros sejam, as outras 70 precisam também, simultaneamente, estar a par desse processo e desse fluxo. Como a Fátima e os colegas disseram hoje aqui na plenária, eles precisam também opinar sobre melhorias, e hoje apareceram várias sugestões de melhorias.

**SRA. ROCHELE SCOTT MARINHO NEVES:** Eu acho que pode vir até do próprio fórum, acontece que eu já tive essa experiência – no Fórum do Idoso, mais no Fórum da Criança –, e, às vezes, instituições que não estão acostumadas a trabalhar nesse processo acabam atrasando um pouco da discussão, justamente pelo desconhecimento. A reunião que a gente faria no conselho talvez em três, quatro dias, no fórum a gente vai fazer em 10 dias. Eu sempre trago isso bem claro: quem paga somos nós, quem toca as coisas somos nós, e a gente atrasa o processo da demanda das instituições dentro do setor, porque a gente precisa dar conta dessa demanda administrativa. Então para a gente fazer essa discussão lá, tenham ciência de que a gente vai estar atrasando outras questões, por isso a gente entende que o conselho é primeiro.

**SR. CARLOS SIMÕES:** Faz parte.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**SRA. ROCHELE SCOTT MARINHO NEVES:** Está bem, não tem problema nenhum, a gente vai, mas eu só registro, mais uma vez, o que eu já vinha registrando, até porque desde que eu entrei se fez pauta muitas vezes no Comui, em várias instâncias, e isso, de fato, para quem tem uma demanda grande, a gente vai atrasando um pouco do trabalho.

Para seguir, independentemente se a gente for no fórum ou no conselho, a gente vai, mas nós não aceitaremos, vereador, de forma nenhuma a forma desrespeitosa com a qual a gente vem sendo tratado.

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Mas isso é óbvio. Nas suas questões não entrou, no primeiro momento, o que eu sugeri: mais servidores emergenciais.

**SRA. ROCHELE SCOTT MARINHO NEVES:** Vou explicar sobre os servidores. Eu não posso falar em nome do centro de governo, não posso, como uma coordenadora de unidade, mas eu sei que nós recebemos incremento de

servidores, alguns desses servidores – bom para eles e lamentável para nós – passaram em outros concursos. Os novos que entraram do concurso já entraram, passaram em outros concursos e saíram, isso para nós foi um grande prejuízo também, então até a chamada de um outro servidor concursado... Imagina, o servidor foi treinado e saiu; isso aconteceu e nos dificultou um pouco, ainda assim outras pessoas estão lá na região.

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Deixa que a gente pede. Eu entendi! Eu vou pedir, pronto.

**SRA. ROCHELE SCOTT MARINHO NEVES:** A gente não vai aceitar nenhum tipo de desrespeito, como a gente foi, e eu preciso lhe dizer, Seu Ruy, que eu bati palma para a sua fala, porque, de fato, eu acho que nos contempla, como “caminhar juntos” e sobre o que é verdade, mas eu preciso dizer que a sua fala, na última plenária, que a SMDS é uma secretaria municipal de desinteresse social é desrespeitosa e ofensiva para a gente. Ela é desrespeitosa para pessoas como nós que, muitas vezes, passamos processos na madrugada, e isso é um momento voluntário nosso, porque a gente não recebe por esse horário – nem banco de horas. Então, é muito triste a gente ouvir isso enquanto servidor; eu preciso dizer, presidente Neli, que não há nenhum tipo... E estás vendo pela própria SPAAN, que é uma grande instituição de Porto Alegre, que está com a situação do pagamento, e não há perseguição à instituição – vai no Ministério Público, vai em A ou B –, não há! Há dificuldades, há situações, mas não há nenhum tipo de perseguição, eu preciso dizer isso, o senhor me desculpe, presidente, mas é que essas falas foram trazidas.

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Está certo, tu disseste que ia terminar antes e não terminaste, então eu vou te dizer o seguinte: tu não tens o direito de dizer que não virão mais. Alguém do governo virá; tu podes dizer que a Rochele não virá mais, mas o governo virá, eu garanto; o governo virá, sim. Pode a

Rochele não vir, tudo bem, mas o governo virá aqui, alguém no teu lugar virá, isso as pessoas tenham a certeza.

**SRA. ROCHELE SCOTT MARINHO NEVES:** Eu não disse, vereador, que nós não viremos aqui, nós não iremos no conselho.

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** As meninas ouviram mais. Não! O governo não virá mais. O governo virá, não virá a Rochele; o governo virá.

**SRA. ROCHELE SCOTT MARINHO NEVES:** Nós, servidores públicos, não seremos mais desrespeitados.

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** O governo virá aqui, tem obrigação de vir.

**SRA. ROCHELE SCOTT MARINHO NEVES:** O governo pode vir, mas esses servidores estão sendo desrespeitados e esse manifesto aqui para ser entregue ao gabinete...

**PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB):** Pessoal, gente, vai virar uma discussão...

**SRA. ROCHELE SCOTT MARINHO NEVES:** Quero fazer mais um esclarecimento: nós não desmarcamos com o Ministério Público, como foi dito na última plenária que nós pedimos pra desmarcar, porque nós não tínhamos nada para apresentar. Nós não desmarcamos, só isso.

(Manifestações sobrepostas. Ininteligíveis.)

**VEREADOR CONSELHEIRO MARCELO (PSDB):** Eu peço a palavra, por favor, eu, enquanto presidente, por favor. Conforme já ficou registrado em vários encaminhamentos aqui realizados, o Comui e o governo, para fazerem esses

encaminhamentos posteriores para que a gente possa dar continuidade em diversas formas, tanto lá no Comui, no fórum, conforme foi colocado aqui, mas eu acredito que, se nós dermos continuidade, infelizmente vai virar uma discussão. Então dou por encerrada a presente reunião, e com certeza esta comissão estará aqui à disposição para dar seguimento aos demais encaminhamentos. Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 16h41min.)

TEXTO SEM REVISÃO